



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1720/11	DATA: 25/10/2011
INÍCIO: 15h06min	TÉRMINO: 18h44min	DURAÇÃO: 03h37min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h37min	PÁGINAS: 83	QUARTOS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ORLANDO SILVA – Ministro de Estado do Esporte.

SUMÁRIO: Discussão sobre o Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, do Poder Executivo, que “dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil”, com a participação do Sr. Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Declaro aberta a quarta reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, do Poder Executivo, que “dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil”.

Encontra-se sobre as bancadas cópias da ata da terceira reunião. Consulto o Plenário se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - É regimental.

Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata da reunião anterior.

Convido o Deputado Edio Lopes, Primeiro Vice-Presidente desta Comissão, para compor a Mesa e representar os outros Vice-Presidentes, já que vamos receber outros membros na Mesa da Comissão.

Ordem do Dia.

Primeiro item da pauta: audiência pública. O convidado é o Sr. Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte. O tema é: debate sobre o PL nº 2.330, de 2011, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil.

Segundo item da pauta: deliberação de requerimentos.

Convido o Sr. Orlando Silva para tomar assento à Mesa.

Vamos aguardar a entrada do Sr. Ministro Orlando.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a palavra como Líder, tão logo o Ministro Orlando Silva chegue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - A palavra será passada a V.Exa., Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.



O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Presidente, eu peço a palavra como Líder também, na sequência, mas antes eu quero consultar V.Exa. para saber quais foram as razões pelas quais a pauta desta reunião foi alterada, porque ela previa a oitiva de outras autoridades e de outros convidados, dentro da linha do procedimento adotado por V.Exa., o Relator e os demais membros desta Comissão, para o andamento dos trabalhos da Lei Geral da Copa. No entanto, houve a alteração, e a surpresa, o convite para que o Ministro retornasse a esta reunião.

Gostaria de saber de V.Exa. por que isso aconteceu e como vai ser o procedimento desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - A palavra será assegurada a V.Exa., Deputado Duarte Nogueira, como Líder.

Nós tomamos o procedimento de convidar o Ministro, em primeiro lugar, por ser o PL 2.330 de autoria do Poder Executivo. Esta Comissão entendeu, depois de conversarmos com a Assessoria, com o Relator, que não havia sentido ampliarmos o debate, ouvirmos outras entidades antes de ouvirmos a posição do Poder Executivo, que deu à FIFA as garantias de como seria realizada a Copa do Mundo no Brasil. Portanto, o Ministro Orlando Silva foi convidado.

Eu gostaria de deixar claro a V.Exa. também que o primeiro requerimento, aprovado nesta Comissão, de autoria do eminente Deputado Otavio Leite, já convocava o Ministro Orlando Silva e outras autoridades, que não puderam estar presentes, a exemplo de Joseph Blatter, Presidente da FIFA, ou de Jérôme Valcke, Secretário-Geral da FIFA, que estarão com o mês de novembro agendado. Entretanto, não temos ainda a data.

Portanto, essa foi a motivação da Comissão. Tomamos essa decisão ouvindo a Assessoria, ouvindo o Relator. Acredito que é a forma mais sensata de iniciarmos a discussão desse projeto de lei tão importante para o Brasil.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu também quero me inscrever como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Será assegurada a palavra a V.Exa., Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para uma indagação.



V.Exa. pode nos informar se houve a mesma presteza, por parte do Sr. Blatter, da FIFA, que o Ministro teve de acolher o cumprimento do requerimento aprovado.

Sei das dificuldades da FIFA por conta de agenda. O Sr. Ricardo Teixeira também se prestará a vir aqui com a mesma velocidade e presteza?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - O que eu posso esclarecer a V.Exa., Deputado Otavio Leite, é que todos já foram comunicados.

O primeiro que se disponibilizou a vir à Comissão foi o Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke. Nós estamos aguardando respostas das outras autoridades e esperamos que todos compareçam, porque esta é uma Comissão muito importante, que trata de um tema fundamental para o Brasil, e não seria prudente que as pessoas aqui não comparecessem. É assim que vamos trabalhar.

Antes de passar a palavra aos Líderes, gostaria de fazer uma orientação.

Desejo esclarecer, nos termos do art. 219, inciso II, do Regimento Interno, mediante entendimentos com a Presidência desta Comissão, que o Ministro se dispôs a comparecer hoje perante este colegiado para debater o Projeto de Lei nº 2.330, de 2011.

Esclareço também que esta Comissão havia aprovado — como disse antes, respondendo à pergunta do Deputado Duarte —, na reunião deliberativa de 19 de novembro, os requerimentos de autoria dos Deputados Otavio Leite, José Rocha e Vicente Candido, Relator desta Comissão, que propuseram, coletivamente, convidar o Ministro.

Passo, então, às orientações regimentais acerca da exposição e dos debates, concluindo a resposta à pergunta de V.Exa.

Peço a atenção a todos para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. Por analogia com os arts. 19 a 21 do Regimento Interno, o tempo concedido ao Sr. Ministro será de até 30 minutos, prorrogáveis por mais 15, só podendo ser aparteado durante a prorrogação. O Ministro somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre o assunto objeto da exposição, que é o Projeto de Lei nº 2.330, de 2011.



Encerrada a exposição do Ministro, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo fazê-lo por mais de 5 minutos.

Os autores de requerimento terão um prazo de 10 minutos para interpelar o Ministro. Para responder a cada interpelação, o Ministro terá o mesmo tempo que o Deputado para formulá-la. Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos, improrrogáveis.

É lícito aos Srs. Líderes, após o término ou, como disse, no início da sessão, utilizarem a palavra como Líder pelo prazo de 5 minutos, sem apartes.

Portanto, como combinamos no início, passo a palavra ao Sr. Deputado ACM Neto, como Líder do Democratas, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro Orlando Silva, em geral, quando um Ministro de Estado vem à Câmara dos Deputados, todos nós, independente de partido político, saudamos e cumprimentamos a presença do Ministro. Mas hoje, Ministro Orlando Silva, quero lamentar a presença de V.Exa. nesta reunião.

Na semana passada, a presença de V.Exa. foi uma afronta à Câmara Federal, porque, sem qualquer elemento, V.Exa. quis, diante de uma plateia, montar um palanque para se defender do indefensável. Mas se na semana passada a afronta foi ao Congresso Nacional, a presença de V.Exa. hoje aqui é uma afronta ao povo brasileiro. O Brasil não quer V.Exa. tratando da Lei Geral da Copa. O Brasil quer V.Exa. distante do Ministério do Esporte. É isso o que o cidadão brasileiro quer e é isso o que estamos aqui reverberando hoje.

A Copa do Mundo é, sem dúvida alguma, ao lado das Olimpíadas, o principal evento que o Brasil vai realizar com caráter mundial. Nós temos que dar exemplo ao mundo. Temos que ter uma postura absolutamente fiel e exemplar, principalmente na condução da área de esportes. E, lamentavelmente, Ministro Orlando Silva, depois de tantas denúncias, estando agora na condição de investigado pelo Supremo Tribunal Federal — a Ministra Cármen Lúcia, há poucos instantes, aceitou o pedido do Ministério Público, e V.Exa. está na condição de investigado, por denúncias de corrupção. Portanto, V.Exa. não tem condições de permanecer no Ministério. V.Exa., aqui hoje, quer dar um sentido de normalidade, de condução



normal às questões que ocorrem no Ministério do Esporte, mas o Brasil não aceita isso e a Oposição está aqui para protestar, porque, repito, isso é uma afronta ao povo brasileiro, Sr. Presidente — V.Exa. não tem culpa, a audiência havia sido aprovada e já estava marcada.

Ora, o que diz o Ministro? *“Não existem provas contundentes e cabais”*. Claro. Quem tem que buscar as provas contundentes e cabais são a Polícia Federal e o Ministério Público. Porém, os indícios que existem são suficientes para envolver o Ministro nas denúncias apresentadas.

Além disso, o que percebemos? Percebemos que no Ministério do Esporte foi montado um esquema, através de ONGs, muitas delas indicadas por um partido político, para desviar dinheiro que deveria ser aplicado para quê? Para ajudar as crianças e os jovens do Brasil na prática esportiva. No entanto, esse dinheiro foi desviado e transferido, através de um esquema fraudulento. Vários assessores de V.Exa. estão envolvidos, de forma inquestionável, Ministro Orlando Silva. Não é possível que tudo isso tenha acontecido sob os olhares de V.Exa., sem que V.Exa. tivesse conhecimento ou participação. V.Exa. era o coordenador, o líder do Ministério. Como pessoas tão próximas a V.Exa. participaram de atos tão graves e V.Exa. de nada sabia?

A autoridade pública responde por dois tipos de crimes: o da ação e também o da omissão. Honestamente, Ministro Orlando Silva, diante de denúncias tão graves, eu não sei qual é a postura mais grave, agir ou omitir-se, mas certamente em uma delas V.Exa. se enquadra.

Amanhã, a Câmara Federal vai ouvir o Sr. João Dias. Eu espero, depois que o Sr. João Dias apresentar o seu depoimento...

E o Ministro diz: *“Mas é um bandido!”* Muito bem. V.Exa. esperava o quê? Que um padre, uma freira, um professor de bem, um cidadão comum viesse aqui trazer denúncias? Não! Quem traz denúncias é quem pôde ter participado dos atos ilícitos.

Portanto, amanhã, ele estará aqui. E o que nós esperamos depois disso, Sr. Ministro, é que, caso se mantenha ainda no cargo, V.Exa. aceite vir a esta Casa não para falar da Lei Geral da Copa, mas para fazer uma acareação com os seus



denunciante. Desde já está feito o desafio a V.Exa. para a realização de uma acareação com os seus denunciante.

Para concluir, respeitando o meu tempo, Sr. Presidente, o Brasil não aceita o Ministro Orlando Silva tratando de Copa do Mundo. O Brasil quer o Ministro Orlando Silva distante, anos-luz distante da Copa do Mundo e das Olimpíadas, para que a imagem do País não fique mais manchada do que já está.

Esta a posição do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira, como Líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, na semana passada, quando da vinda do Ministro Orlando Silva à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos, em nenhum momento o Ministro apresentou respostas factíveis às acusações que pairam sobre a sua pessoa e os condutores do Ministério do Esporte na ação que envolve irregularidades, segundo o Procurador-Geral da República, em âmbito nacional.

O *modus operandi* é sempre muito semelhante àqueles que as denúncias estão apresentando: numa determinada região tem-se a implantação do Programa Segundo Tempo, são escolhidas algumas empresas que ficarão autorizadas a prestar serviços aos convênios, um interlocutor do PCdoB ou do Ministério apresenta o pedido de propina de 10% e, em seguida, o convênio é executado. Quem não cumpre o atendimento ao pedido de propina é tido como irregular no Ministério do Esporte. Esse é o *modus operandi*. Isso foi o que levou às suspeições, às acusações que fazem o Ministro ser agora investigado pelo Supremo Tribunal Federal.

Ele não deveria estar sentado nessa cadeira, neste instante, como Ministro do Esporte. Se, de fato, ele tivesse sentimento de profunda cidadania e de respeito ao seu Ministério e ao seu País, daria o direito ao contraditório, como faria qualquer pessoa com convicção de inocência: deixaria o Ministério enquanto as investigações ocorrem e voltaria se nada fosse provado contra ele.

Não pode ser assim, Sr. Ministro. O seu Chefe de Gabinete da Secretária Executiva e o ex-Chefe de Gabinete do Secretário Nacional fizeram um acordo com o bandido para mudar a data e fraudar, fazer maracutaia e tramoia, envolvendo um



convênio. Convênio que, inicialmente, segundo o policial militar apresentou, seria no valor de 2 milhões e 40 mil reais e ele entraria com uma contrapartida de 500 mil reais. No entanto, dos 2 milhões e 40 mil, segundo ele alega — e, obviamente, ele vai provar, e as provas deverão acontecer —, foi pedido a ele 10% de propina. O mesmo *modus operandi* que ocorre no Distrito Federal e em outras regiões do Brasil, conforme o pedido de investigação feito pelo Procurador-Geral da República.

Portanto, Ministro, gostaríamos de indagar a V.Exa. por que, num desses casos, inclusive da sua própria lavra, com a sua assinatura, houve a redução de uma contrapartida no outro convênio do policial militar João Dias de 22% para 6%? Nós gostaríamos de saber por que isso ocorreu.

Na verdade, o Manual de Convênios do Ministério do Esporte, item 5, inciso II, letras “b” e “c”, diz:

“5.....

.....

.

II - avaliar os valores de contrapartida propostos que, em se tratando:

.....

b) de entidades privadas, sem fins lucrativos, será calculada tomando-se por base o percentual correspondente ao Município em que estejam localizados, podendo ser atendida através de recursos financeiros, de bens ou de serviços, desde que economicamente mensuráveis;”

Isso nos remete, obviamente, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que diz, de fato, no caso dos Estados e do Distrito Federal, de 10% a 20% se localizados nas áreas da ADENE, da ADA e na Região Centro-Oeste.

Voltamos ao item “c” do Manual de Convênios:

“5.....

.....

.

II -



.....
c) a contrapartida poderá ser reduzida ou aumentada, nos casos previstos em lei e, excepcionalmente, em se tratando das entidades privadas sem fins lucrativos, por **decisão do Ministro do Esporte** — grifo meu.

Então, como é um poder discricionário, eu gostaria de saber, no caso do convênio assinado com o Sr. João Dias Ferreira, por que V.Exa. com o poder discricionário de Ministro reduziu de 22% para 6% a contrapartida, entre outras perguntas que gostaria também de fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Gostaria de comunicar aos Deputados Rubens Bueno e Osmar Júnior que o § 1º do art. 66 do Regimento Interno diz que *“em qualquer tempo da sessão, os Líderes dos Partidos, pessoalmente e sem delegação, poderão fazer comunicações destinadas ao debate em torno de assuntos de relevância nacional”*. Na ausência dos Líderes, eu não posso passar a palavra a V.Exas.

Gostaria, portanto, de pedir a compreensão a ambos e passar a palavra...

(Não identificado) - Sr. Presidente, por favor.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Rubens, se houve algum equívoco eu gostaria...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quero fazer um registro a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Com a palavra V.Exa. para breve registro.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Primeiro, nunca foi tolhida a palavra do Líder do PPS no plenário desta Casa — no plenário desta Casa. V.Exa. está puxando algo do Regimento que não condiz com o respeito aos Parlamentares da Casa, por mais que eu possa, queira e que sempre o tenha respeitado.

Eu quero dizer isto porque não é interesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Rubens, não é de interesse...



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu quero dizer, colocar aqui, a V.Exa. o meu protesto contra isso. Da blindagem de que falamos, a blindagem continua agora pela Mesa da Comissão da qual faço parte, da qual sou membro não só como Líder. Sou membro desta Comissão e, como tal, estou aqui para dizer, como os outros Líderes estão dizendo, que esta reunião, armada desta forma, quer dizer que nós temos aqui uma tríplice aliança da corrupção no mundo com a FIFA, no Brasil com a CBF e no Ministério do Esporte do Governo Federal — esta tríplice aliança da corrupção no Brasil e no mundo envolve o esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu sou membro desta Comissão, e V.Exa. não respeitou a Liderança de um partido que tem história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não, não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E não respeita um membro desta Comissão que sempre procurou, da forma mais adequada, agir e colaborar para os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Rubens, de fato...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, eu não posso aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Eu queria pedir compreensão a V.Exa., por favor.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não há compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Eu gostaria de somente poder me posicionar com relação à argumentação de V.Exa. Somente isso.

Não há a intenção de cercear a palavra de absolutamente ninguém. Nós facultamos a palavra aos Líderes. Entretanto, nós temos aqui de seguir o Regimento. Se nós não seguirmos o Regimento, não chegaremos a bom termo nesta reunião. Não há, de forma alguma,... V.Exa., como membro da Comissão, terá garantida a palavra como membro e poderá utilizá-la por 5 minutos, que é superior ao tempo que teria pela Liderança do Bloco PV/PPS.

Portanto, gostaria de pedir compreensão a V.Exa., pela forma amistosa que temos no tratar a Comissão, pela forma como estamos conduzindo esta reunião, para que possamos prosseguir, pedindo também compreensão ao Deputado Osmar Júnior, que é Líder do...



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Qual é o artigo? Qual é o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Só para concluir, só para concluir, Deputado Rubens.

Pedindo também compreensão ao Deputado Osmar Júnior que é Primeiro-Vice-Líder como V.Exa., do Bloco PSB/PTB/PCdoB.

Portanto, não é a intenção da Presidência desta Comissão cercear a palavra de absolutamente ninguém. E digo a V.Exa. que a sua palavra estará garantida por mim, por toda a Mesa, como membro da Comissão. Portanto, eu gostaria de pedir a V.Exa. compreensão neste momento e passar a palavra ao Ministro Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Rubens.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O art. 10 do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Só um minuto, Deputado Rubens, o art. 66, § 1º, que acabo de ler, é claro: *“somente o Líder pessoalmente e sem delegação”*. Por isso, peço compreensão a V.Exa. para passar a palavra ao Ministro Orlando Silva para expor a sua apresentação preparada para a tarde hoje.

Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Boa tarde a todos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu quero só pedir licença, Sr. Presidente, porque lamentavelmente o senhor acaba de cassar a palavra de um Líder de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ao não respeitar não há por que. No art. 12, que o senhor não quis ouvir, está escrito que o Líder e o Vice-Líder podem participar e têm direito a voto. Eu me retiro desta palhaçada deste circo armado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado, eu acato o protesto de V.Exa., mas eu não agi desta maneira. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Agiu desta maneira. Agiu fazendo blindagem de um jogo triplo de roubalheira do esporte no mundo, a FIFA, a CBF e o Ministério do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Com a palavra o Ministro Orlando Silva.



O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar o Deputado Renan Filho, Presidente da Comissão Especial que examina o projeto de Lei Geral da Copa; o Primeiro-Vice-Presidente, Deputado Edio Lopes; o Segundo-Vice-Presidente, Deputado Rui Palmeira, e o Terceiro-Vice-Presidente, Deputado José Rocha, e ao saudá-los permitam-me saudar todos os Parlamentares e Líderes de todos os partidos que participam desta reunião.

Quero agradecer à Comissão o convite para que nós pudéssemos apresentar a proposta de Lei Geral da Copa do Mundo, que, os senhores sabem, foi encaminhada pelo Poder Executivo para exame, discussão e deliberação do Parlamento brasileiro.

Vou utilizar uma apresentação para tornar mais simples, direta e objetiva possível esta reunião, já que nós queremos que o debate possa fluir e eventualmente oferecer algum esclarecimento aos Srs. Parlamentares.

(Segue-se exibição de imagens.)

O projeto de Lei Geral da Copa tem como ponto de partida a consolidação das garantias governamentais que o Brasil ofereceu à FIFA, quando da postulação para realizar a Copa do Mundo FIFA de 2014.

Foram apresentadas, como os senhores podem observar, 11 garantias governamentais e associou-se a elas uma garantia, que eu chamaria de garantia *master*, assinada pelo Presidente da República e pelo Ministro do Esporte, ratificando o conjunto de compromissos do País.

Portanto, a Lei Geral da Copa se soma às medidas legislativas e administrativas adotadas pelo Governo brasileiro, pelo Parlamento brasileiro, com o objetivo de dar segurança jurídica e base institucional para a realização do mundial da FIFA em 2014.

Na tela seguinte os senhores verão que nós separamos as garantias governamentais em três grupos. O primeiro grupo é relativo a cinco garantias governamentais, que tratam de temas como segurança e proteção, bancos e câmbios, procedimento de migração, alfândega e *check-in*, hinos, bandeiras e tecnologias de informação e telecomunicação.



Essas cinco garantias, que têm os respectivos Ministérios responsáveis e indicados nesta tela, correspondem ao primeiro grupo cuja legislação brasileira já dá abrigo a toda a demanda da FIFA. Como disse anteriormente, são três grupos, o primeiro grupo de garantias já possui abrigo na legislação brasileira de hoje, restando apenas a necessidade de medidas administrativas, decretos, portarias, atos normativos, instruções para dar eficácia à legislação nacional vigente, atingindo, portanto, o objetivo de cumprir a garantia estabelecida com a FIFA.

O segundo grupo diz respeito a temas tratados na lei tributária relativos à Copa do Mundo, que foi encaminhado pelo Poder Executivo, discutido e deliberado no âmbito do Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, lei esta em vigência desde o final do ano passado. Aqui, nós falamos de direitos alfandegários e impostos e de isenção fiscais para a FIFA e os parceiros da FIFA na preparação do mundial.

Esta lei está em vigência desde 20 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.350, que foi objeto recentemente de um decreto regulamentador. No último dia 11 de outubro, a Presidenta da República editou um decreto que pôs plenamente em vigência esta lei tributária. Portanto, duas das 11 garantias foram tratadas num projeto de lei aprovado na Câmara e no Senado.

O terceiro grupo, garantias...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Questão de ordem, Presidente. Peço vênua ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - O Ministro não pode ser interrompido.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mas é para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não existe questão de ordem.

Infelizmente, nós não podemos interromper neste momento. Se V.Exa. tiver uma questão de ordem, eu gostaria de conceder-lhe a palavra assim que o Ministro acabar a sua apresentação.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Porque há uma questão aqui que eu acho que é importante e é preliminar porque...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Apesar da importância, Deputado, nós não podemos, regimentalmente, interromper neste momento. Eu peço compreensão a V.Exa. para que possamos terminar a reunião.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, então, para fazer uma reclamação, de acordo com o nosso Regimento, art. 96.

(Não identificado) - Mas, Deputado, ele está na exposição.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado, peço...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, o convidado não pode ser interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney, eu peço compreensão a V.Exa. Existem outros Deputados com intenção...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu quero fazer uma reclamação. É regimental.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O momento não é oportuno para esse tipo de intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado, assim que encerrar...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Estou pedindo todas as vênias ao Ministro para que eu possa fazer a reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Existem outros colegas Deputados que não estão permitindo a reclamação de V.Exa. neste momento. Em seguida, eu abrirei a palavra para que o senhor faça a reclamação.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mas, Presidente, há uma questão preliminar que diz o seguinte: a Presidente Dilma Rousseff...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado, infelizmente, eu não posso...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - ... a Presidente Dilma Rousseff...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Infelizmente, Deputado, eu não vou poder permitir que V.Exa. faça a reclamação neste momento. Com muito prazer, passarei a palavra a V.Exa. ao final da apresentação do Ministro Orlando.



Desculpe pela forma de conduzir, mas, infelizmente, é assim que diz o Regimento da Casa.

Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - O terceiro grupo de garantias diz respeito a temas que nem têm abrigo na legislação vigente no Brasil, nem têm abrigo na lei tributária aprovada por esta Casa e pelo Senado Federal.

Aqui, nós tratamos, essencialmente, de cinco garantias: de permissões para entrada e saída, que é um tema discutido com o Ministério das Relações Exteriores; de permissão de vistos de trabalho, permissão de trabalho para estrangeiros, que é objeto de discussão com o Ministério do Trabalho e Emprego; de proteção e exploração de direitos comerciais — aí é um conjunto de Ministérios (Justiça, Desenvolvimento, Cultura, Ciência e Tecnologia); de indenização, que foi discutido e ofertado garantia pela Advocacia-Geral da União, e, por fim, de segurança e proteção.

Portanto, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, o objeto em exame neste projeto de lei diz respeito a essas cinco garantias a que me refiro.

Faço agora um registro sobre pontos-chave existentes nesse projeto.

A primeira questão diz respeito à proteção e exploração de direitos comerciais. Eu vou direto...

Aliás, são cinco garantias, e há alguns temas de defesa de interesses da União. Há um debate acerca de suspensão de normas vigentes no Brasil, que não se aplicam ao caráter específico do mundial da FIFA, e alguns temas acessórios que poderão dar maior eficácia à organização desse evento.

O primeiro tema diz respeito à propriedade industrial.

A proposta examinada pelos senhores diz respeito a simplificar e acelerar a anotação, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de símbolos oficiais de FIFA e dos eventos. O objetivo é dar celeridade no registro e estruturar mecanismos de proteção a esses símbolos. Há inclusive a restrição à manipulação desses símbolos de marcas da FIFA ou similares e há a determinação de isenção de taxas de registro de todas essas marcas no INPI. Esse é o primeiro tema tratado no projeto.



O segundo tema diz respeito à restrição em áreas comerciais. Evidentemente, aqui é uma matéria que envolve diretamente o poder local. As Prefeituras têm responsabilidade direta sobre a viabilização de restrição de promoção comercial em determinadas áreas que a FIFA sugere. Caberá à União apenas colaborar para que Estados e Municípios possam tornar eficaz essa oportunidade solicitada pela FIFA.

Essa restrição de publicidade e comercialização diz respeito à distribuição e venda de produtos, à publicidade e propaganda e a outras atividades promocionais ou de comércio de rua. Essa delimitação vai ser, evidentemente, estabelecida pelo poder competente. Por isso, referi-me ao poder local, que tem a responsabilidade e competência para estabelecer essa questão. E compete à União, estritamente, colaborar para que essa área exclusiva da FIFA seja viabilizada.

O terceiro tema diz respeito à imagem, radiodifusão e acesso. A lei assegura a titularidade exclusiva da FIFA sobre os direitos de imagem, sons e radiodifusão. Essa era uma garantia estabelecida, oferecida pelo Governo. Trata-se de uma propriedade dessa entidade internacional, que é a dona desse evento. Cabe a essa entidade realizar o credenciamento dos profissionais de mídia que acompanharão toda a realização desse evento, assim como a própria entidade deve ser responsável pela autorização na captação de imagens, transmissão e retransmissão desses dados.

Chamo a atenção para o fato de que, no começo deste ano, esta Casa e o Senado Federal examinaram, discutiram e aprovaram alterações na Lei Pelé, Lei nº 9.615, de 1998. Entre as alterações, entre as novidades apresentadas pelo Congresso Nacional, está o direito ao flagrante jornalístico. Quer dizer, uma empresa é proprietária dos direitos de transmissão, mas fica obrigada a ofertar, a título de flagrante jornalístico, trechos do evento sobre o qual ela tem direito de transmissão, para que a sociedade, como um todo, em todas as emissoras, possa ofertar a informação à população brasileira.

Está sustentada essa posição — eu chamo a atenção para ela porque foi uma discussão muito polêmica no Congresso —, está mantida essa posição no projeto encaminhado. No caso do Brasil, essa é uma novidade. No mundo, não necessariamente acontece dessa maneira, mas, por ser uma lei do País, a FIFA



aquiesceu a manter essa legislação de forma a garantir uma conquista democrática do Parlamento brasileiro.

O item 4 diz respeito a crimes. Foram tipificados alguns crimes, com tipos penais novos, primeiro, com relação ao uso indevido de símbolos oficiais. Aqui se trata de dar mais instrumentos para realizar o combate à pirataria. Esse é um tema importante, diz respeito a direitos, à proteção de marcas e produtos. E a lei estabelece uma punição a quem utilizar indevidamente símbolos oficiais.

Certa feita, fui questionado se isso impacta na pintura de uma rua, de uma parede, como é da tradição do Brasil em época de Copa do Mundo. Evidentemente, esse instrumento aqui diz respeito à comercialização de produtos. O objetivo não é impedir que o Brasil se decore, como sempre faz na sua tradição, mas impedir que haja benefício privado, sem que haja o respectivo direito adquirido junto à entidade.

Dois outros tipos penais foram criados: de associação indevida para promoção comercial aos eventos, que nós chamamos de *marketing* de emboscada por associação — é quando uma empresa que não tem direito sobre marcas, produtos, propriedades relativos à Copa do Mundo realiza promoções associando-se às marcas da Copa sem ter direito; e o *marketing* de emboscada por intrusão — é alguma movimentação que um produto ou uma empresa faça, em áreas estipuladas para ter publicidade autorizada, para explorar a realização do evento e expor marcas, sem a devida autorização da entidade responsável pelo evento.

Aqui há um procedimento criminal específico e, o que é importante, dar-se-á exclusivamente por iniciativa da FIFA. Então, o dano tem que ser mensurado pela própria entidade, e ela tem de tomar a iniciativa. Digo isso para evitar a multiplicidade de iniciativas penais, sem a devida justificativa. Vale até o finalzinho de 2014 e aplicam-se penas alternativas ou multa. Esse foi um debate importante feito com a FIFA.

Se os senhores puxarem pela memória, no último mundial realizado na África do Sul, houve um episódio famoso em que algumas jovens holandesas que utilizavam uniforme ou camiseta que remetiam à associação de determinada marca e produto acabaram detidas. A nosso juízo, seria uma medida extrema uma pena de detenção. Por isso, as penas alternativas serão aplicadas nesse caso,



evidentemente, garantindo o impedimento da continuidade dessa prática inadequada.

Alguns temas em que, no debate com a FIFA, inicialmente se sugeriu tipologia criminal, ao final, nós concluimos ser adequado estabelecer um rol de sanções civis. Aqui diz respeito a publicidades não autorizadas: exibição pública de partidas com cobrança de ingressos, sem que haja o direito correspondente; venda, distribuição ou promoção não autorizada de ingresso do evento. São exemplos de temas em que a prática vai ensejar sanção civil. Esse foi o entendimento, inclusive contou com a compreensão da FIFA, após um longo processo de debate.

No que diz respeito à venda de ingressos, ficou estabelecida, como previa a garantia anteriormente fixada pelo Governo do Brasil e está no projeto de lei, a determinação de que cabe à FIFA estabelecer os valores dos ingressos. Por se tratar de um evento internacional, um evento em que, inclusive, boa parte dos ingressos, para não falar a parte majoritária, será vendida fora do Brasil, caberá a essa instituição a fixação dos valores dos ingressos.

Assim como, pela natureza do evento, que tem chaves, tem eliminação, tem etapas em que muitas equipes não seguem na competição, cancelamento, devolução, reembolso de ingressos, tudo isso terá de ter um regulamento estabelecido pela própria entidade, assim como marcação e remarcação de assentos. Porque é muito comum, em um evento como esse, quem originalmente adquiriu o ingresso em outra fase, com a eliminação de uma equipe, a sugestão de devolução desse ingresso. Por isso a ideia de ter estabelecido uma regra específica, inclusive a hipótese de venda de ingressos associados a pacotes turísticos.

Eu chamaria a atenção, nesse tema de venda de ingressos, para um aspecto que foi muito importante no debate com a própria FIFA. Como se trata de um evento internacional — insisto: a venda de ingressos se dá majoritariamente fora do Brasil —, chegou-se a especular a proposta de suspensão do Código de Defesa do Consumidor. E a defesa do Governo é de que julgamos inadequado realizar esse tipo de ato. O Congresso não recebeu essa proposta, porque entendemos que é uma conquista importante da cidadania brasileira a existência do Código de Defesa do Consumidor. E ele seguirá vigente — seguirá vigente apesar do pleito originalmente estabelecido —, já que é uma conquista importante do nosso País.



Caminho para o final, Sr. Presidente, dizendo das garantias de vistos de entrada e de saída e permissões de trabalho. Evidentemente, aqui diz respeito à chamada Família FIFA, que envolve a direção da entidade, a direção das entidades nacionais de administração de futebol do mundo inteiro, assim como profissionais de imprensa que virão para cá. Nós estimamos perto de 20 mil profissionais de imprensa no Brasil, em 2014. Assim como torcedores que tenham comprovantes dos ingressos adquiridos. A sugestão é de que haja facilitação para os vistos de entrada. Como os senhores sabem, o Brasil hoje já não exige visto para um conjunto de países e onde é exigido esse visto é que nós sugerimos na proposta que haja algum tipo de facilitação para ingresso dessas pessoas.

Importa dizer que o Estatuto do Estrangeiro segue em vigência e nos dá instrumentos para impedir, eventualmente, o ingresso de alguma pessoa inadequada no Brasil. Todos sabem, por exemplo, do esforço que os europeus realizaram e realizam para combater a violência nos estádios. O hooliganismo é um fenômeno importante na Europa e, como todos, tem registro na polícia internacional, na INTERPOL. A aplicação do Estatuto do Estrangeiro vai simplificar a rejeição de pessoas indesejadas no Brasil, que tentariam ingressar no País em função da Copa do Mundo.

Essa garantia, e o projeto, reflete, no art. 27, o processo simplificado para emissão de visto de trabalho. Não só profissionais de imprensa, mas também equipes técnicas que acompanham as seleções necessitam de visto de trabalho. Assim como o comitê local conta com pessoas com experiência internacional, alguns deles já estão no Brasil, e é importante que possamos ter um sistema regular permanente para atender essa demanda. Esses vistos, evidentemente, serão sem custo e com caráter temporário. Essa é a sugestão do projeto de lei.

No que diz respeito à segurança e à indenização, de acordo com uma das garantias assinadas pelo Governo brasileiro, o projeto propõe que a União indenize a FIFA nas hipóteses que der causa por ação ou por omissão. Quando por ação ou omissão da União houver algum dano à FIFA, a União assumirá a responsabilidade por essa indenização.

Evidentemente que a União poderá assumir os efeitos de responsabilidade civil perante a FIFA — como disse, incidentes ou acidentes de segurança vinculados



ao evento — e será intimada nas causas demandadas contra a FIFA, para que nós possamos fazer o acompanhamento do processo. Já que pode ter o ônus, a intimação à União serve ao propósito de garantir o acompanhamento e a defesa do interesse que, indiretamente, também é nosso.

Aqui, além de atender à garantia, artigos de resguardo associados à responsabilidade civil, como direito de regresso e obrigatoriedade de informe à União nas causas demandadas contra a FIFA.

Por fim, eu chamo atenção para algumas medidas que chamamos de medidas de resguardo da União. Se houver controvérsias entre a União e a FIFA, abre-se a possibilidade de a Advocacia-Geral da União arbitrar, para que, de maneira célere, possamos dar solução a uma eventual contradição.

Fica facultada, se interessante for para o Estado brasileiro, a contratação de apólice de seguro, em função de um ou outro tema, para preservar e evitar que haja dano contra o Estado, para cobrir danos específicos do evento. Não é uma imposição, mas a União fica autorizada a contratar seguro privado.

Houve um debate acerca da suspensão de determinadas normas no Brasil. E a sugestão do projeto suspende alguns artigos de uma lei que trata de organização de eventos esportivos no Brasil. O nosso entendimento é o de que a Copa do Mundo da FIFA é um evento que tem peculiaridades, tem especificidades. E por ter peculiaridades, algumas das leis que têm aplicação direta nos torneios do Brasil não existiriam no torneio internacional.

Por exemplo, no Estatuto do Torcedor prevê-se determinada antecedência, enfim, a publicação nos estádios das tabelas das competições. É um exemplo que é muito importante no nosso esforço de modernização do futebol brasileiro — não vem ao caso detalhar qual o sentido do Estatuto do Torcedor. Ou mesmo o sorteio de arbitragens. Enfim, há temas que são próprios da organização do futebol no Brasil, dos torneios do Brasil, temas que consideramos inadequados para a realização de um evento internacional como a Copa do Mundo.

Há possibilidade de criação de juizados e varas especiais para os eventos. Aqui também é possibilidade, autoriza, de modo que um eventual conflito possa ser dirimido rapidamente. Como é também previsto na lei brasileira a hipótese do



Juizado do Torcedor, para que possa dar solução rápida a conflitos que surjam em função da organização e realização de um evento esportivo.

E há o compromisso de que a União assuma, sem custo para a organização do evento, temas que são típicos do serviço público, como segurança, saúde, vigilância sanitária, alfândega e imigração. São temas típicos da ação do Estado e há autorização, por parte dessa lei, para a União assumir o ônus. Assim como uma autorização para que a União, caso julgue necessário, caso entenda conveniente, em um dia ou em outro da realização do torneio, institua um feriado no País ou nas cidades onde acontecem esses eventos. É uma outra autorização que ficou estabelecida por esse projeto de lei.

Eu chamo a atenção dos senhores para esses pontos que considero centrais no projeto de lei que foi encaminhado. Reafirmo que ele expressa o compromisso do Governo brasileiro com as garantias apresentadas originalmente. É claro que o Congresso haverá de saber discutir e deliberar adequadamente.

Eu agradeço ao Presidente Marco Maia, porque instituiu uma Comissão Especial, que tem uma representação da Casa. Mas, ao mesmo tempo, vai permitir um rito mais célere, digamos assim, de exame, discussão, aperfeiçoamento e votação desse projeto. Essa é a nossa expectativa.

Há um diálogo que foi estabelecido com a própria FIFA. Nós tivemos dois encontros com a FIFA. Recentemente, recebemos um documento da FIFA apontando algumas sugestões. E o entendimento que nós tivemos é de que toda e qualquer contribuição que a FIFA entenda ser adequada para aperfeiçoar o projeto deveria ser remetida ao Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados, esta Comissão poderá examinar sugestões que, eventualmente, essa entidade possua e fazer os ajustes, como de resto tem sido a prática da Câmara dos Deputados: conhecer projetos ou iniciar com a autoria do projeto e aperfeiçoá-lo durante a discussão e votação no plenário.

Essa é a confiança que eu tenho, Sr. Presidente.

Mais uma vez, agradeço o esforço da Câmara dos Deputados no exame dessa matéria. E aguardo, no prazo mais breve possível, que esta Casa possa votar finalmente esse projeto de lei.

Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney, V.Exa. quer fazer uma questão de ordem ou uma reclamação?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu faço a minha questão de ordem, Presidente, dizendo o seguinte, com base em informações que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney, com base...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Desculpe-me, Presidente, nesse caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Siga adiante.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Nós temos aqui a informação, dada pela imprensa nacional, de que, por decisão da Presidente Dilma Rousseff, o Ministro do Esporte, Orlando Silva, não será interlocutor do Governo nas negociações da Copa 2014, na tramitação da Lei Geral da Copa no Congresso. A partir de agora, as decisões relativas à Copa ficarão centralizadas no Palácio do Planalto, ou seja, com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Eu queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu continuo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Existem algumas questões muito sérias e muito graves, tanto as levantadas pela imprensa quanto as relativas ao depoimento dado aqui na outra semana pelo Ministro Orlando Silva.

Eu gostaria de saber se o Ministro vai permanecer aqui para responder a essas questões, que são graves...

(Não identificado) - É preciso se inscrever.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney, só um minuto.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu gostaria de manter...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney, eu gostaria de responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu gostaria de manter a minha questão de ordem, porque acredito que o Ministro já não pode mais estar aqui, de acordo com a chefe dele...

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - ...a Presidente da República. Não pode estar aqui falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney Avelino, eu gostaria de responder à V.Exa. dizendo o seguinte: esta Comissão tem-se comunicado com todos os órgãos e entidades do Governo Federal, oficialmente. Não chegou, até o momento, nenhuma comunicação da Presidência da República ou de qualquer órgão do Poder Executivo alterando o interlocutor com relação à Comissão da Lei Geral da Copa. Portanto, o interlocutor é o Ministro Orlando Silva. Se chegar, amanhã, um comunicado no sentido do que relata a imprensa, sem dúvida esta Comissão, com todo o prazer, vai realizar uma nova audiência pública, com a finalidade de entender os posicionamentos do novo interlocutor.

Entretanto, entendo as ponderações de V.Exa. e passo a palavra...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Com toda vênica a V.Exa., só chegaria aqui um...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, como Vice-Líder do Governo...

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAIS - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - ...um comunicado da Presidente com a demissão do Ministro, porque não vai chegar comunicado a esta hora.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Deputado Gilmar Machado, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, o Deputado Pauderney não tem autorização para falar pelo Governo. Como Vice-Líder do



Governo no Congresso, quero aqui reafirmar que não procedem as palavras proferidas aqui pelo Deputado Pauderney. Pelo que eu entenda, o Deputado Pauderney ainda não ganhou eleição para poder falar aqui pelo Governo. Então, quem fala aqui pelo Governo são seus Líderes e seus Vice-Líderes. São eles que podem falar. O Deputado Pauderney não tem autorização para isso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não pedi nem quero falar por este Governo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Portanto, ele não pode continuar falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passemos à fase de interpelações.

Temos uma lista sobre a mesa. Já toma assento à Mesa o nosso Relator, Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Uma pergunta a V.Exa., Sr. Presidente. Eu queria saber de V.Exa. se o Ministro, depois da sua exposição, que acaba de se encerrar — V.Exa. agora concederá a palavra aos inscritos —, vai simplesmente ignorar os questionamentos apresentados pelo Líder do Democratas e, em seguida, por mim. São indagações bem objetivas e respeitosas as que fizemos ao Ministro, considerando nosso posicionamento em relação à posição do Ministro neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Duarte, eu compreendo a posição de V.Exa., mas esse é um posicionamento de ordem pessoal do Ministro. Nesta Comissão estamos tratando da Lei Geral da Copa. Acho que todas as perguntas pertinentes à Lei Geral, o Ministro responderá.

Eu gostaria de passar à fase de interpelações. Antes de conceder a palavra ao Relator, passo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, Líder do Partido dos Trabalhadores na Casa.

V.Exa. dispõe de 10 minutos, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Deputado Renan Filho, Sr. Relator, Deputado Vicente Candido, Ministro Orlando Silva, Sras. Deputadas — vejo aqui as Deputadas Luciana e Jô Moraes — e Srs. Deputados,



demais membros desta Comissão, inicialmente, quero cumprimentar o Ministro do Esporte, Orlando Silva, por vir a esta Casa discutir o tema relativo à Copa.

Este é um tema relevante para o Brasil e está sendo muito bem conduzido pela Presidenta Dilma Rousseff. A Presidenta já disse e reafirmou ao País que cabe ao Ministro Orlando Silva a condução da organização da Copa do Mundo, representando o Governo brasileiro.

O Ministro Orlando Silva tem feito, com muita competência, a condução desse processo, e nós temos de levá-lo adiante.

Hoje S.Exa. vem aqui prestar todos os esclarecimentos necessários, para que o Brasil conheça esta lei em relação à Copa do Mundo e nós possamos, ao conhecê-la, modificá-la e aprová-la, para que a Copa do Mundo ocorra com muita tranquilidade no Brasil.

Igualmente, nós aprovamos o Regime Diferenciado de Contratações para a Copa do Mundo e tivemos que fazê-lo em longo período, dada a obstrução que houve nesta Casa.

A respeito dos temas relacionados ao Ministério do Esporte, quero dizer que a própria Presidenta da República, neste final de semana, reafirmou a confiança que tem no seu Ministro.

Como acompanhamos esse processo, nós vimos que na semana passada S.Exa. esteve aqui, mas parte importante da Oposição não veio ao debate, preferindo reunir-se com uma outra pessoa no Senado Federal. Essa pessoa passou a semana inteira fazendo suspense sobre o material que entregaria a uma das revistas nacionais, fato que não ocorreu, fato que não aconteceu. Essa pessoa não entregou quaisquer provas. Ao mesmo tempo, a Oposição aprovou requerimento para que essa pessoa venha amanhã aqui.

Então, nós queremos tratar nesta reunião dos temas relacionados à Copa do Mundo. Ainda que o denunciante seja uma pessoa com extensa ficha criminal, mereceu a atenção da Oposição. Mas queremos discutir, nesta reunião, a Lei Geral da Copa do Mundo, porque sabemos que S.Exa. tem responsabilidade, e igualmente o Congresso Nacional tem o dever de aprovar essa legislação.



A Oposição terá, amanhã, a oportunidade de conviver com essa pessoa, que me parece atendeu, polarizou a opinião e a atenção da Oposição na semana passada.

Por isso, quero fazer um apelo a todos no sentido de que possam aqui discutir a Lei Geral da Copa.

Ministro, temos confiança em V.Exa., que tem conduzido com competência o Ministério do Esporte. V.Exa. tomou todas as providências quando aconteceram problemas relacionados a convênios no Ministério do Esporte.

Esta figura da ONG foi consagrada no Governo Fernando Henrique Cardoso, que propunha uma mudança no Estado brasileiro e achava que certas políticas poderiam ser conduzidas com primazia por entidades do terceiro setor. E esse tipo de instituição cresceu. Quando se repassam recursos para uma ONG, para uma Prefeitura ou para um Governo de Estado, só *a posteriori* se sabem dos problemas. Mas o que se espera do ator e do agente público é seriedade. E V.Exa. agiu com seriedade quando pediu que essas entidades prestassem contas, pediu ação por parte do Tribunal de Contas da União e tomou as providências criminais. Enfim, V.Exa. agiu com muita precisão.

Hoje há pessoas, motivadas não sei por que razão, que atentam contra V.Exa., que é uma pessoa honrada. Mas estaremos aqui para defender a honra de V.Exa.

Por isso, queremos dizer que esse denunciante, que antes fazia acusações contra V.Exa. e as retirou, atribuindo a relações com outros membros do Ministério, terá que apresentar provas. Nós estamos num Estado Democrático de Direito, protegido pela Constituição, protegido pelas ideias de presunção da inocência e de proteção da honra. Portanto, nós não vamos embalar na facilidade daqueles que querem, de um lado, desviar o assunto em questão — o assunto aqui é Copa do Mundo — e, de outro, sujar a honra alheia, ainda que não tenham mais condições de defenderem a sua própria honra, como é o caso, na minha opinião, dos acusantes em tela.

Portanto, Sr. Ministro, nós queremos trazer aqui, novamente, o apoio do Partido dos Trabalhadores. Nós vamos enfrentar esta reunião com a centralidade do debate da Lei da Copa — quero fazer esse apelo a todos os Deputados, pela



urgência desse tema. Nós vamos realizar esse evento em 2014 com todas as providências tomadas, e ele será um sucesso, assim como a condução de V.Exa., que tem sido exemplar em todos os passos que têm sido tomados para a realização da Copa do Mundo em 2014.

Quero também dizer que nós, lendo essa tentativa de desgaste do Ministério do Esporte, começamos a recuperar motivações de natureza eleitoral aqui, no Distrito Federal; relações que dizem respeito a pessoas que — elas, sim — têm que dar ao setor público respostas em relação ao que fizeram com os recursos desses convênios.

Portanto, nós estamos presenciando uma verdadeira inversão de papéis: aqueles que estão na condução dos programas públicos agora se veem paralisados para responder a uma série de questões. E nisso nós queremos colocar um ponto final. Só pode acusar quem tem provas. Não havendo provas, nós não temos que retirar do devido lugar a principalidade da realização desse grande evento que nós estamos aqui a organizar, e precisamos adotar muitas providências para organizá-lo em 2014.

Por isso, quero aqui solicitar à Oposição, que convidou esse denunciante para falar amanhã, que permita que hoje nós conduzamos o debate da Lei Geral da Copa do Mundo. Nós temos que dar conhecimento ao Brasil, para que não haja possibilidade de acharem que aqui existem segmentos que, eventualmente ou de maneira descuidada, possam atrasar o cronograma de organização da Copa do Mundo. Eu sei que todos os partidos aqui administram Capitais e querem realizar a Copa do Mundo, porque sabem da importância desse evento.

Não entendemos por que, a todo momento em que está em debate a Copa do Mundo, desviamos o assunto, ou protelamos, ou postergamos a votação, como ocorreu com o Regime Diferenciado de Contratações — RDC e está ocorrendo agora, no caso da Lei Geral da Copa.

Por isso, Ministro Orlando, renovo a confiança em V.Exa. Eu ainda não consegui estudar, mas tenha certeza de que o Brasil está zelando pela sua autonomia, como País, diante da FIFA. Nós precisamos zelar por isso. Nós temos uma legislação nacional, como é o caso do Estatuto do Idoso, Relator Vicente



Candido, e temos de preservá-lo, para garantir que ele seja respeitado no momento da realização da Copa do Mundo.

Esperamos que, em breve, possamos votar uma legislação que dê tranquilidade para que o Brasil tenha autonomia — parece-me que a Alemanha teve autonomia quando da realização da Copa do Mundo naquele país —, e que o evento seja realizado dentro de uma equação financeira, que precisa ser fechada. Nós não somos ingênuos em achar que, se não houver essa exigência, nós teremos condições financeiras de remunerar os agentes, como é o caso da FIFA, das empresas que investem nesse tipo de evento. Então, procuramos ter esse equilíbrio.

Podemos conversar longamente com V.Exa., que será muito competente e capaz de proporcionar a oferta de uma legislação que dê equilíbrio para a nossa autonomia como País e, de outro lado, possibilite o fechamento da conta da realização do evento, porque recursos privados é que fazem com que esse evento exista. Nossos recursos são parcos e não poderão financiar a Copa do Mundo. Então, terão que vir dessa equação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Paulo, para concluir.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Então, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns, Ministro Orlando. Nós desejamos todo o sucesso na realização desse evento. Parabéns, Deputado Vicente Candido, pela relatoria; Deputado Renan, parabéns pela realização.

Vejo aqui a Deputada Manuela, já que mencionei alguns dos Deputados e Deputadas presentes, e também a nossa companheira Deputada do PSDB do Rio de Janeiro, assim como os demais Deputados. Quero aqui fazer um apelo — e assim termino — para que possamos dar, nesta reunião de hoje, centralidade ao debate da Lei Geral da Copa, já que teremos, por iniciativa da Oposição, oportunidade, no dia de amanhã, de discutir os temas que a Oposição tanto quer discutir, mas não tem conseguido dar os insumos necessários para realizar seus desejos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Deputado Chico Alencar, Líder do PSOL. V.Exa. tem a palavra por 5 minutos.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado, Presidente. Vou ser bastante sereno e objetivo.

É óbvio que esta Casa e especialmente esta Comissão precisam discutir a Lei Geral da Copa, e vou tecer alguns comentários sobre ela. Mas é também evidente que estamos numa situação singular. O próprio Ministro — eu li hoje — pediu uma sindicância sobre relatos de uma possível reunião do Ministério que levariam a um ilícito acerto com o denunciante mais falado aqui. E isso não foi à toa. O próprio Ministro abriu seus sigilos bancário, fiscal e telefônico — e isso não foi à toa. A Procuradoria-Geral da República e, agora, o Supremo Tribunal Federal estão fazendo um inquérito, uma investigação.

Então, nós, Parlamentares, temos o dever de sermos atinentes à realidade, de não vivermos no mundo da lua. Portanto, alguns questionamentos aqui são absolutamente normais e fazem parte da dinâmica do Parlamento. Seria espantoso que nós estivéssemos aqui como se não houvesse uma crise!

Não estou externando nenhum juízo de valor. Estou-me reportando a fatos reais, que não são pura invenção. É claro que, muitas vezes, a grande mídia privada editorializa, tem seus interesses. Porém, toda comunicação é muito de ilusão, por isso o olhar tem que ser crítico, mas, para ter alguma substância, tem que haver alusão à realidade.

Portanto, estamos numa situação delicada, evidentemente. E é essa situação de exceção que devemos tratar com os mecanismos que a Câmara tem, como Poder não apenas legislador, mas fiscalizador. E assim estamos fazendo.

Eu reconheço a disposição do Ministro. Nem todos tiveram esta postura de vir aqui se submeter aos questionamentos, ainda que, muitas vezes, nos pareçam insuficientes certas respostas. Mas é uma atitude respeitosa com o Parlamento. Vivemos um momento delicado, e é inevitável que esses questionamentos venham.

Mas eu creio que aqui, nesta atividade da Comissão Especial da Lei Geral da Copa, a posição está apresentada, o PSOL não foge ao reconhecimento dessa realidade muitíssimo delicada.

Quero trazer também a nossa posição em relação a uma outra situação de exceção. O que se pretende fazer a partir dos interesses de uma entidade que é pessoa jurídica internacional de direito privado, com seriíssimas denúncias de



corrupção na sua direção, a FIFA, é uma espécie de Estado futebolístico de exceção. Então, o Governo, pela palavra de quem for, hoje, amanhã ou depois, de quem vier a ser o responsável por essa área, aceitar como normal toda a acolhida ao navio pirata da FIFA aqui no Brasil, como se fez, em boa parte, na África do Sul, é um absurdo total. É gravíssimo! É coonestar também, nessa dimensão transnacional, com uma grande corrupção.

A Relatora de Direito à Moradia da ONU, Raquel Rolnik, disse que as intervenções urbanas para a Copa do Mundo, em várias Capitais, já estão ofendendo o direito à moradia. E o projeto que nós, Parlamentares, temos de examinar aqui simplesmente agride a Lei de Propriedade Industrial. A FIFA vai ter o monopólio e a autoridade total até sobre símbolos e expressões. A própria expressão “Brasil 2014” ficará sob o domínio absoluto da FIFA. Vai haver controle absoluto, na radiodifusão e na emissão de sons e imagens, acima do que a lei desta tão precária democratização dos meios de comunicação do Brasil hoje estabelece.

Nós vamos ter de criar uma legislação penal de exceção. Nós vamos sofrer sanções civis, com pagamento de indenização à FIFA, a partir de comportamentos que ela própria considerar ilícitos nas áreas sobre as quais ela quer ter controle total. As regras diplomáticas para ingresso e saída do País também serão alteradas.

Sem falar da tão badalada venda de ingressos, que pode ferir o direito da juventude à meia entrada e o Estatuto do Idoso, destaco que vai haver suspensão, se aprovarmos o projeto tal como está, da eficácia do Estatuto do Torcedor, que comemoramos aqui.

Essa perda de visão crítica — e me admira muito partidos que têm uma tradição de esquerda estarem neste oba-oba, não do Estado olímpico, que vai afetar o meu Rio de Janeiro, mas do Estado futebolístico de exceção — é extremamente grave.

Creio que o trabalho desta Comissão e desta Câmara, independentemente do Governo, naquilo que nos cabe discutir, emendar e votar na Lei Geral da Copa, tem de ter uma série de elementos fundamentais: soberania nacional, direitos da cidadania, nossa legislação duramente conquistada e também ética na administração pública. Isso não é um problema do Ministério do Esporte aqui e



agora, nesta conjuntura, mas da nossa postura como legisladores. Vamos travar uma boa batalha.

Quero, por fim, repudiar a atitude da FIFA, que agendou uma reunião com o Presidente da FIFA e com a Presidenta da República do Brasil, que tem obviamente uma agenda muito tomada, e para lá enviou o Secretário-Geral da FIFA. Isso é uma ofensa.

Sinceramente, o Dr. Ricardo Teixeira não vai manipular o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados. Ele é um grande manipulador. Pode até manipular Ministérios e Governo, mas aqui, graças à nossa pluralidade e independência, ele vai encontrar resistências ao seu desejo soberano e imperial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Seguindo o trabalho da Comissão, agora passamos à fase de interpelações.

Tem a palavra, pela vez primeira, o eminente Relator, Vicente Candido, para suas considerações, ponderações e para passar suas impressões com relação à apresentação do Ministro.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Presidente Renan. Boa tarde, Ministro.

Acho extremamente importante iniciarmos os trabalhos desta Comissão com a presença do Ministro. É lógico que primeiro venha aqui o Ministro para fazer a sua exposição, já que ele está à frente desta discussão há alguns anos, desde o começo, desde a preparação do Brasil para disputar a condição de sediar a Copa do Mundo de 2014. Então, há muita lógica, apesar de algumas reclamações da Oposição, que faz parte, ela ganha para isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Ganha, não. Ela foi eleita para isso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Foi eleita e é remunerada para isso também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Todos nós.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Todos nós. Alguns para criticar e achar defeito e outros para achar solução.

Algumas falas — e quero respeitar todas, inclusive a do Deputado Chico Alencar, a quem respeito e admiro muito, que sempre tem muita consistência em suas observações — dão a entender, às vezes, que estamos aqui descobrindo a



Copa do Mundo. Parece que a Copa do Mundo se inicia no Brasil. Se a FIFA realiza a Copa do Mundo há 80 anos, em cerca de 80 países diferentes, as outras nações também devem ter-se submetido a regras muito parecidas com essas do Brasil. E os comentários e a leitura que nós fazemos até agora, sem prejuízo do debate, de acertos, de controles aqui do Congresso Nacional, é de que o Brasil está sendo duro na negociação para assinar um contrato que será deliberado pelo Parlamento.

O Brasil, neste momento em que vive, Deputado Chico Alencar e demais Deputados, pode considerar essa experiência como um grande aprendizado. O Brasil, pelas condições econômicas vividas nas últimas décadas, perdeu a oportunidade de sediar vários eventos internacionais. Até a minha cidade de São Paulo, que sediava grandes feiras comerciais e internacionais, perdeu essa oportunidade por falta de infraestrutura. O grande evento internacional do Brasil hoje é a Fórmula 1, que se realiza em São Paulo. E a negociação com a Fórmula 1 também não é muito diferente. Apesar de ser um evento de um final de semana, localizado, as exigências não são muito diferentes das que fazem em um campeonato mundial de futebol, por exemplo.

Como Vereador, fui autor do projeto sobre o Fundo de Esporte no Município de São Paulo e quis tributar a Fórmula 1, para tirar dinheiro daquele evento, que eu julgava um evento de elite, e subsidiar o esporte amador naquela cidade. Foi lá o Presidente da FIA e exigiu da Prefeita Marta: *“Se sancionar esse inciso aqui, que tributa a Fórmula 1, no ano que vem nós estaremos fora de São Paulo”*.

A Prefeita Marta fez as contas. Como a cidade ganharia mais, tributando a Fórmula 1 ou vetando aquele inciso do meu projeto de lei? Ela fez as contas e descobriu facilmente que a cidade perderia mais com a saída da Fórmula 1.

E é esse debate que temos que fazer. Temos de preparar o Brasil, no momento em que começa a se internacionalizar para a economia mundial, com infraestrutura e coalizão sobretudo dentro da nossa cultura jurídica, que não é nada fácil, é muito complexa, é um desafio para todos nós. Vai ser uma negociação muito grande e contundente no sentido de aprimorar a nossa legislação.

A nossa Lei de Marcas é recente, de 10, 12 anos, mas é uma lei generosa. Sabemos que a nossa capacidade de fiscalização em relação ao uso, à pirataria —



este Congresso já se debruçou muito em cima disso, inclusive já fez CPI sobre essa matéria —, ainda é muito vulnerável.

São essas questões que vão estar nos debates. Vamos aprender com essa lei internacional que se quisermos ser a terceira, quarta ou quinta economia do mundo daqui a alguns anos, vamos ter que aprimorar muito a nossa legislação. Vamos ter que aprender muito a receber eventos internacionais, inclusive para trazer as grandes feiras comerciais, que hoje não têm mais onde se instalar no Brasil. São Paulo, a cada dia, perde mais a sua condição de cidade internacional porque não tem estrutura para receber feiras de eletroeletrônico, de tecidos e outras. E esse evento aqui simplesmente é o maior evento social do planeta, que para o mundo por 30 dias, inclusive no dia em que joga a nossa agremiação, a Seleção Brasileira.

Acho que é dentro desse espírito que esta Comissão tem responsabilidade, seja a Oposição, seja a Situação. Precisamos preparar o Brasil para a internacionalização, não só para esse evento, mas para a economia. Em 2016 virá um outro evento, também tão importante quanto esse.

Diante disso, estou aqui assumindo minha responsabilidade de Relator, procurando compartilhar com todos os companheiros desta Casa para que possamos fazer o melhor.

Nesse sentido, o Ministro é uma pessoa importantíssima, porque ele tem clareza. Não sei se é advogado; se não é, já está virando, de tanto discutir leis de padrão internacional para o Brasil.

Sr. Ministro, queria passar algumas indagações, para que o senhor pudesse nos ajudar a delinear o nosso debate neste primeiro dia de trabalho da Comissão.

Primeira pergunta: do acordo inicial, assinado ainda no memorando de intenção, o que ficou fora e que a FIFA ainda reclama? Existe alguma coisa fora do contrato, do projeto de lei que ora está em debate?

Quanto à alegação de agressão à soberania, qual o comentário que o senhor poderia fazer sobre isso, porque é um grande debate que já está na mídia e também nas palavras da Oposição?

Comparando com a série histórica, pelo menos com as duas últimas copas, que o senhor estudou, participou e acompanhou, viveu nesses países esses



momentos, quais são os pontos em que estamos mais generosos ou mais duros? O senhor poderia discorrer sobre isso?

Qual é o prazo que o Governo considera como o ideal para que possamos aqui cumprir o acordo assinado com a FIFA? Em que tempo a Câmara e o Senado poderiam deliberar? A última pergunta é sobre o prazo que seria razoável para cumprir o contrato e o acordo com a FIFA.

Por último, Sr. Ministro, queria que o senhor tecesse algum comentário sobre a última decisão relativa à distribuição dos jogos da Copa do Mundo realizada pela FIFA na semana passada. Gostaria que o senhor fizesse algum comentário sobre esse evento, que também tem a ver com o que nós estamos decidindo, inclusive com obras de estádio e outros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Gostaria de passar ao Ministro Orlando, para responder às indagações do eminente Relator.

Informo aos Deputados membros e não membros da Comissão que, a partir de agora, faremos grupos, blocos de três Deputados, para que possamos agilizar o andamento da presente reunião, iniciando pelos autores do requerimento, Deputados Otavio, Rui Palmeira e José Rocha.

Passo a palavra ao Ministro, para as respostas.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Srs. Deputados, queria aproveitar para fazer um registro, apesar, parece, da ausência do Deputado Chico Alencar. Com relação ao Estatuto do Torcedor, por vezes, quando se fala de suspensão de lei ou de ajuste em um outro tema da legislação brasileira, o sentido é sobretudo reconhecer as características próprias de um evento como a Copa do Mundo da FIFA. É um evento diferente, não é possível imaginar que esse evento tenha a mesma natureza, apesar de ser também de futebol, do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Então, por exemplo, no caso do Estatuto do Torcedor, em que há sugestão de suspender alguns dos itens, são temas relativos, por exemplo, a mando de jogo. Como estabelecer responsabilidade de mando de jogo, como prevê o Estatuto, num evento como a Copa do Mundo da FIFA? Temas como, por exemplo, a Justiça Desportiva. O Brasil tem um sistema de Justiça Desportiva, e a sugestão é que não



se aplique a nossa dinâmica de Justiça Desportiva a um evento que tem 32 países, com culturas de legislação e de justiça desportiva diferentes da nossa.

Há temas como responsabilidade da entidade promotora de constituição de ouvidorias, de informação a torcedor, de reconhecimento de direitos específicos da figura do sócio torcedor, que é um tema também muito forte e crescente aqui no Brasil. Ou seja, insisto em que é preciso reconhecer as especificidades que tem um evento como esse da FIFA.

Inclusive, vale a pena, se os Srs. Parlamentares tiverem oportunidade e tempo, examinar a experiência alemã, que previu, elaborou e votou uma lei que trata especificamente de grandes eventos esportivos, com regras, quando da sua recepção, porque esse seguramente não será o primeiro nem o último grande evento esportivo que pode sugerir ou necessitar de ajustes na legislação de um país.

Insisto também em que alguns ajustes, como a tipologia penal, dizem respeito a temas como combate à pirataria, combate ao *marketing* de emboscada por intrusão ou por associação, que existe no mundo inteiro.

Não estamos inventando uma coisa assim... Não é uma jabuticaba. É um requisito que o mundo inteiro que organizou esse evento cuidou de tratar para oferecer segurança jurídica aos detentores, digamos assim, do evento.

Então, eu queria fazer esse registro, porque eu tenho impressão de que seria importante considerar as peculiaridades, as especificidades de um evento com essa natureza, assim como tenho impressão de que vale a pena estudar — esta Comissão talvez não fosse o caso, mas alguma outra Comissão da Casa — esse aspecto relativo às remoções e desapropriações em função da Copa do Mundo.

É um tema importante. Eu mesmo tive contato com representantes de movimentos sociais de moradia e pude perceber que muito dos temas que originalmente são apontados como de responsabilidade da realização da Copa do Mundo, na verdade, são temas outros, são intervenções urbanas realizadas em cidades brasileiras, estruturadas dentro ou fora do plano diretor, mas que não têm nenhuma conexão com intervenções necessárias para a Copa do Mundo.

Portanto, vale a pena de fato estudar amiúde, examinar com cuidado, com critério. O próprio tema “Regras de desapropriação e remoção” foi apresentado em



reunião que realizamos com Prefeitos das cidades da Copa, quando foi feito um questionamento por parte dos Prefeitos quanto ao caráter antiquado dessas regras; seria necessária uma modernização. Creio que essa é uma fronteira nova que pode ser aberta para debate no Parlamento e que tem a ver com a Copa, mas tem a ver também com a dinâmica presente na vida do Brasil.

O Deputado Vicente Candido, Relator da matéria, apresentou uma série de questionamentos. Acredito, Deputado, que parte desses questionamentos deve ser expressa pela própria direção da Associação da Federação Internacional de Futebol, da própria FIFA. Por quê? Porque, no nosso entender, no entender do Governo, o projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso Nacional contempla todas as garantias pactuadas em 2007, quando da postulação do Brasil para realizar a Copa do Mundo. Esse é o nosso entendimento.

O processo de negociação com a FIFA foi longo, envolveu representantes da FIFA no Brasil, representantes do comitê local, representantes da FIFA na Suíça e mobilizou muitos Ministérios. Não é uma posição do Ministério do Esporte. Pelo menos dez Ministérios devem ter dialogado na elaboração desse projeto. Portanto, no nosso entender, ele contempla todas as questões relativas aos compromissos da FIFA.

Acredito que o próprio depoimento de representantes da FIFA pode servir como reflexão para o Congresso Nacional aperfeiçoar o projeto.

Vou dar um exemplo para ilustrar o que digo.

Em recente conversa com a FIFA, eles argumentam que o texto não deixa claro, claríssimo, que o credenciamento dos profissionais de mídia seja atribuição de competência exclusiva da FIFA. Esse não é o nosso entendimento. Achamos que está explícito que cabe à FIFA credenciar os profissionais de imprensa. Mas, eventualmente, em um estudo feito pelo senhor, pela Comissão, em diálogo com eles, imagino que se possa aperfeiçoar, porque não me parece lógico que outro tenha a responsabilidade de credenciar profissionais de imprensa que não a própria entidade. Haverá uma área específica, delimitada, com esse objetivo.

No que diz respeito à responsabilidade civil, a impressão que temos é que a garantia estabelecida da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro, que se baseia no art. 37 da Constituição, onde a União assume responsabilidades por



danos causados por sua ação ou omissão, para nós, está clara. Mas há uma discussão com a própria FIFA sobre se seria conveniente explicitar em quais circunstâncias, se em atos de guerra, de terrorismo, de sabotagens.

São temas que imagino que o senhor e a Comissão poderão mediar, moderar e chegar a um entendimento.

Esse projeto encaminhado ao Congresso Nacional, em alguma medida, também é um certo pacto que foi firmado, porque, na primeira proposta, havia um conjunto de sugestões da FIFA, e entendemos que seria dispensável incorporar muitas delas no projeto de lei, sobretudo por já possuírem abrigo na legislação brasileira, como é o caso do primeiro grupo de garantias a que me referi, ou por dizerem respeito a direitos sociais consolidados do Brasil. É o exemplo do Estatuto do Idoso. O nosso entendimento é que se trata de um direito social consolidado no Brasil, e ainda que reconheçamos as especificidades de um evento como a Copa do Mundo, é um direito que o Brasil manterá. Essa foi uma decisão que tomamos.

Assim como o Código de Defesa do Consumidor, que é outro diploma legal, é uma conquista da cidadania brasileira. A nossa decisão é manter integralmente o Código, independentemente de uma ou outra observação que a natureza específica desse evento possa impor.

Então, diria que foi resultado de um longo processo de negociação, e creio que está no lugar adequado para que essa negociação eventualmente continue e chegue a contento.

Não percebo nenhum tipo de violação à soberania do Brasil, evidentemente. São decisões soberanas de autoridades públicas. Haverá decisão mais que soberana do Congresso brasileiro. Portanto, quem vai estabelecer o parâmetro legal sobre a regra do jogo na Copa do Mundo será o Congresso Nacional brasileiro, que é a estrutura máxima normativa do País. Por si só, esse fato já estabelece a defesa da soberania nacional, já que o Congresso Nacional é uma das instituições a quem cabe a defesa desse instituto.

Considero também que o prazo de votação será o prazo que o Congresso Nacional julgar possível. É muito importante o debate aprofundado. Sei que esta é a primeira sessão de muitas outras que virão, em que haverá o aprofundamento das questões.



Quanto à sugestão de fazermos este debate hoje, quero dialogar com o nosso querido Deputado Chico Alencar. Ainda que saiba da dinâmica da política, da luta política que existe no Brasil e, enfim, dos personagens envolvidos nessa luta, inclusive eu, sobre o esforço de participar desta audiência, que é a primeira e é apenas para trazer a posição do Governo brasileiro, a posição do Estado brasileiro, que está positivada na forma de projeto de lei.

Por isso, é importante este gesto inaugural do trabalho da Comissão, que vai continuar debatendo o assunto. Acredito que não se trata apenas da presença de Orlando Silva ou mesmo da presença do Ministro do Esporte; trata-se da fundamentação política e jurídica da posição que o Governo encaminhou a esta Comissão. Daí a nossa sugestão, a proposta que fundamentamos, motivo pelo qual agradeço à Comissão o convite feito.

Com relação ao evento último, a última questão levantada pelo Relator, na verdade, foi mais um evento que a própria FIFA realizou e no qual foram selecionadas as cidades, levando em conta o estágio de preparação das mesmas e o conjunto de demandas do evento e da FIFA. Então, quando se fala de São Paulo fazer a abertura, isso tem a ver uma série de critérios, inclusive, rede hoteleira, aeroportos principais e secundários, infraestrutura, serviços. Todos esses critérios, quando do encontro em Bruxelas, pude conhecer no relatório técnico que a FIFA preparava para encaminhar após a longa vistoria feita no Brasil e percebi que a decisão fundou-se em parecer técnico do que oferecia as melhores condições para a realização do evento. Inclusive, optamos por não participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Ministro Orlando, só um minutinho. Gostaria de pedir um pouco mais de silêncio à Comissão — e alguns Deputados já realizaram manifestação pública —, para que possamos dar continuidade à reunião com mais tranquilidade. Peço aos Deputados e aos demais presentes que se esforcem nesse sentido, porque a reunião será longa, e, quanto mais longa, mais atenção será necessária para concluí-la com tranquilidade.

Desculpe-me a interrupção, Ministro.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Já concluo.

A opção nossa foi acompanhar o processo de elaboração e decisão da FIFA, mas acompanhá-lo a distância em respeito às cidades que disputavam. Havia



idades brasileiras que disputavam o direito de participar de fases distintas do Mundial, e foi importante que o Governo mantivesse certa equidistância para que não pairasse dúvida quanto à isenção do Brasil, já que essa foi uma decisão da FIFA, fundamentada nos seus critérios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra aos autores do requerimento. Os três primeiros são os Deputados Otavio Leite, Rui Palmeira e José Rocha.

Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quero me dirigir à pessoa jurídica do Ministro, titular de um órgão público da República, muito embora compreenda o esforço de S.Exa. em abordar o tema, em tese, foco da reunião.

Há uma questão preliminar que precisa ser registrada e sublinhada.

Indiscutivelmente, o Ministério do Esporte vive hoje o que poderíamos chamar de “fragilidade institucional”, que resvala, inclusive, no campo da legitimidade. E não se pode conceber a legitimidade apenas no seu aspecto formal; ela é dinâmica. Há um conjunto gigantesco de informações ruins acerca do que vem acontecendo no Ministério do Esporte. Essa fragilidade institucional, quero dizer, não se fundamenta meramente numa retórica qualquer. A rigor, ela é proveniente das próprias manifestações do Governo. O Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República deixou claro em alguns jornais que *“a manutenção do Ministro não é definitiva”*. A própria Presidenta Dilma deixou também claro que deseja tratar diretamente da negociação com a FIFA, independentemente de qualquer outro agente político de seu Governo. A FIFA também já deixou claro e revelou seu incômodo em relação à questão do Ministério e à situação em que vive o Ministério do Esporte.

As notícias abundam, elas são à profusão de inconveniências à administração pública. A questão específica de uma contrapartida reduzida, havida de 2005 para 2006, é algo absolutamente revelador de que havia algum tipo de problema que mereceria uma medida mais aguda do Ministério. E só agora tivemos a notícia de que finalmente foi aberta uma sindicância no Ministério. Diminuir de 22% para 6% a contrapartida exigida do conveniente é realmente algo que nos preocupa, e com autorização direta do Ministro.



Também soubemos hoje que outras 20 ONGs estão se articulando para trazer a público mais notícias em relação a desvios no Ministério. As ONGs têm de ser tratadas dentro de uma dimensão própria, procurando-se saber o que efetivamente aconteceu com o dinheiro público. O certo seria todas quebrarem seu sigilo bancário agora para conhecermos a movimentação dos recursos repassados pela União e que, depois, deveriam ter sido aplicados — e se foram ou não o foram — em atividades diretas e atividades-fins.

No fim de semana, uma grande revista trouxe também outra informação acerca de dois altos funcionários do Ministério que tratavam, por meio de conversa gravada — e é preciso trazer isso também ao Congresso Nacional —, de mecanismos e estratégias adrede preparadas para livrar aquele dito denunciante bandido de um problema.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não há questão de ordem. Eu tenho 10 minutos para falar, sou autor do requerimento, e a palavra me tem de ser assegurada.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas a questão de ordem, Sr. Presidente, ela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Maurício Quintella, Deputado Simão Sessim...

Deputado Otavio, vou preservar o tempo de V.Exa., que, como autor do requerimento, já fez um preâmbulo, já apresentou as dificuldades, mas peço que tenha sensibilidade, pois há outros inscritos, e precisamos discutir a Lei Geral. É regimental. V.Exa. é conhecedor do Regimento como poucos. Peço, portanto, compreensão a V.Exa. para conduzirmos a reunião sem que outros Deputados se manifestem dessa forma.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Maurício Quintella, para uma questão de ordem.



O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - A questão de ordem é para organizar a ordem dos trabalhos. Estamos aqui...

(Não identificado) - Questão de ordem tem de abordar o Regimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - V.Exa. respeite, por favor, a minha palavra.

É questão de ordem! É questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Maurício Quintella, qual é o artigo do Regimento?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Após a minha fala, entram a questão de ordem e as livres manifestações sobre a minha fala.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Otavio, só um minuto. Peço ao Plenário da Comissão que possamos dar ao Deputado Otavio Leite a oportunidade de concluir suas palavras, e peço a S.Exa. que tenha compreensão para que a reunião possa continuar a ter um bom andamento, como é praxe desta Comissão e da nossa relação.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Tenho quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Vou informar exatamente. Graças a Steve Jobs, temos agora um cronômetro sobre a Mesa. V.Exa. já falou por 3 minutos e 31 segundos. Vou reiniciar o tempo de V.Exa.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Pois bem. Eu fazia alusão a um conjunto de informações trazidas à sociedade brasileira que nos deixou atônitos e nos deixa ainda muito preocupados. Queremos que todas essas questões sejam resolvidas.

A minha digressão baseia-se num aspecto preliminar, que tem a ver com o que intitulei e considero uma fragilidade institucional e que se fundamenta, inclusive, na manifestação pública dos agentes do Governo. Aliás, quero me associar a um Deputado do PT, o Deputado Pracianno, Presidente da Frente Parlamentar de



Combate à Corrupção, que hoje veio a público manifestar-se sobre essa questão do afastamento do Ministro e sobre aquilo que considera uma necessidade no Brasil: instituímos um verdadeiro PAC, o PAC da moralidade. S.Exa. está absolutamente certo, e estarei ao seu lado nessa luta.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Meu querido Deputado Otavio, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não, Deputado Silvio, não há aparte agora. Está garantida a palavra ao Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Bom. Quero prosseguir, Sr. Presidente.

São inúmeras as ilustrações que poderiam ser trazidas à baila. O fato é que a lei brasileira exige das administrações, do agente público — e assim reza o Decreto-Lei 200, de 1967... Na função de Ministro, é indispensável exercer o controle. E o controle de que tivemos notícia agora foi de uma sindicância aberta recentemente. Não faltam ilustrações acerca de problemas no Ministério.

Esse conjunto de informações era típico, era absolutamente capitulável, de acordo com o que diz a Constituição, como merecedor de uma CPI.

Volto a dizer: se todas essas ONGs tivessem os seus sigilos bancários quebrados, teríamos, com certeza, o fio da meada totalmente revelado.

Aqui se cogitou, inclusive, que estaríamos a tratar de uma intenção eleitoral. Não! Não há qualquer intenção eleitoral. As eleições estão longe. Talvez tenhamos intenção eleitoral no ano que vem, quando o Supremo Tribunal Federal julgar o caso do mensalão. Aí, sim, talvez venhamos a ter intenções eleitorais.

Quanto ao aspecto da legitimidade, ela não pode ser concebida apenas no seu aspecto formal. Há um conjunto de questionamentos indiscutíveis que precisam ser respondidos. E, aí, entra uma estrutura de Governo como um todo. É preciso que a Nação pacifique esse setor, que é indispensável para os próximos dias, quando o Brasil vai enfrentar no desafio de fazer a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Portanto, a pergunta que dirijo, em especial, ao Ministro, com todo o respeito que tenho por S.Exa., é: Sr. Ministro, o senhor é Ministro ou está Ministro?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem. Não é possível! O Regimento é claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Tem a palavra V.Exa.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Regimento é claro. Estou nesta Casa há nove mandatos, Sr. Presidente. Eu não gostaria de assistir à desvirtuação do seu Regimento, que diz claramente que o objetivo que se tem numa audiência pública é tratar o assunto sobre o qual o conferencista ou a autoridade foi convidada a falar.

Nós estamos vendo um videotape de uma audiência que o próprio Ministro convocou espontaneamente na semana passada, para esclarecer tudo o que poderia ser perguntado. Hoje, nós queremos discutir a Lei Geral da Copa, Sr. Presidente, que é o objetivo desta reunião.

Vão desvirtuar a abordagem de um tema importante, que é a Lei Geral da Copa e a intervenção da FIFA nos assuntos internos do País. É isso o que se tem que discutir. O outro assunto foi discutido lá. Para o que a Oposição está querendo, há outros instrumentos, há a CPI. Façam alguma coisa nesse sentido, mas, aqui, não. Não podemos perder, Sr. Presidente, a oportunidade de dizer ao mundo que a nossa Copa vai ter uma Lei Geral, organizada e independente.

O Regimento é claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Simão Sessim, eu gostaria de dizer que concordo integralmente com as palavras de V.Exa. E digo mais: tenho buscado, desde o início desta reunião, conduzir os trabalhos desta maneira, de forma compreensiva, de forma a que possamos concluir a reunião a bom termo.

Peço a todos, portanto, compreensão, a fim de darmos seguimento à audiência nesses termos.

A demanda de V.Exa. já havia sido feito anteriormente. É a mesma demanda do Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado José Rocha, eu gostaria... Deputado Sílvio, vou passar a palavra pela ordem a V.Exa., em seguida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, não existe pela ordem.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ah! Não existe, não?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Se todos os Parlamentares desta Comissão forem pedir a palavra pela ordem, não vamos a lugar algum. Há uma



relação de inscritos e quem quiser falar pela ordem que se inscreva e fale na ordem da inscrição — pela ordem da inscrição, e não pela ordem do grito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Sem dúvida. Eu gostaria de passar a palavra, pela ordem de inscrição...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu quero... pela ordem do Regimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Eu gostaria de passar a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado Rui Palmeira, autor do Requerimento.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, V.Exa. está rasgando o Regimento agora. Não há pela ordem...

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Sr. Presidente, Deputado Renan Filho, nobre Relator, Ministro Orlando Silva, Sras. e Srs. Deputados, essa lei...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Peço respeito aos Deputados. Está com a palavra o Deputado Rui Palmeira.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Enxergo, Sras. e Srs. Deputados, uma série de problemas nessa Lei Geral da Copa. A Presidente Dilma tem dito, Ministro — e V.Exa. também disse agora há pouco —, que não iria suspender a legislação pátria, sobretudo o CDC. Mas eu quero chamar atenção para alguns pontos, uma vez que são várias as polêmicas desse projeto de lei.

No art. 33, em seu inciso II, se nós mantivermos dessa forma, nós estaremos...

Presidente, eu queria pedir um pouco de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Há um orador na tribuna. Eu gostaria de pedir a todos compreensão, mais uma vez, para que possamos caminhar a bom termo.

Deputado Rui Palmeira, V.Exa. tem a palavra novamente.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Obrigado, Sr. Presidente. O inciso II, do art. 33 diz o seguinte:

“Art. 33.



II - da venda de Ingresso de forma avulsa ou conjuntamente com pacotes turísticos ou de hospitalidade;"

Se aprovarmos o texto dessa maneira, estaremos dando guarida à venda casada, Sr. Ministro, o que é vedado pelo art. 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor. Então, já discordo de V.Exa. nesse ponto.

A seguir, o art. 33, inciso III, que cria, no caso de desistência da aquisição de ingresso, uma cláusula penal, ou seja, uma punição para o consumidor, também vai de encontro ao art. 49 do CDC, que prevê o chamado direito de arrependimento.

E, mais: o art. 11, Sr. Ministro — e não vou ler sua totalidade —, diz o seguinte da metade para frente:

“Art. 11. (...) para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos locais oficiais de competição, nas suas imediações e principais vias de acesso”.

Da forma como esse artigo está posto, Sr. Presidente, Deputado Renan Filho, até o vendedor de churrasquinho de gato vai ter de vender Budweiser, porque a FIFA vai impor absolutamente tudo. São critérios absolutamente subjetivos que afrontam a legislação pátria, são, aliás, subjetivos como os convênios da Pasta de V.Exa., Ministro Orlando, como a contratação das ONGs no caso do programa Segundo Tempo.

Então, não podemos aceitar subjetivismo, falta de critério, nem no Ministério de V.Exa., nem na Lei Geral da Copa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra, como autor do requerimento, ao Deputado José Rocha, V.Exa. dispõe de até 10 minutos, a exemplo dos Deputados que o antecederam.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidente, Renan Filho; ilustre Relator, Vicente Candido; ilustre Ministro Orlando Silva; 1º Vice-Presidente, Edio Lopes, Sras. e Srs. Deputados, quero, Ministro, inicialmente cumprimentar V.Exa. e



dizer que V.Exa. tem feito um trabalho que tem dado uma dinâmica muito grande às ações do Ministério. Se deslizes ocorreram ou ocorrem, certamente eles serão identificados, punidos, e não podem ser atribuídos a V.Exa. antes que sejam evidenciados os seus autores.

Mas, em relação ao trabalho que o Ministério exerce, nós temos de parabenizá-lo pelo que vem realizando na área dos esportes.

A Copa do Mundo de 2014, com certeza, não é a primeira, meu caro Deputado Vicente Candido, que fazemos. O Brasil já realizou uma; vamos, então, realizar a nossa segunda Copa do Mundo.

Nós não podemos também aceitar que se crie um país FIFA dentro do Brasil, com suas leis próprias que não possam ser contestadas pelo povo ou por esta Casa. Nós temos de debater — e já estamos começando a fazê-lo — o Projeto de Lei nº 2.330, que certamente não será aprovado como veio do Executivo, terá aqui as alterações necessárias, fruto do debate e daquilo que o Congresso achar que deve ser modificado, de acordo com o parecer que será ofertado pelo ilustre Relator Vicente Candido, que, antes disso, vai ouvir todos os segmentos relacionados à realização desse grande evento e nele interessados. Por exemplo, a meia-entrada para o idoso é objeto de lei federal. Sou contrário a que essa lei seja modificada, acho que o idoso deve ter direito à meia-entrada, conforme determina a lei brasileira.

E, no que se refere à meia-entrada para o jovem, na medida em que o projeto do Estatuto da Juventude for concluído no Senado e sancionado pela Presidente Dilma, ele terá de ser obedecido.

Quanto à questão da área a ser delimitada para ação da FIFA, acho que tem de ser estabelecida pelo País, não pode ficar a cargo da FIFA determinar essa área sob sua jurisdição durante os eventos — aquelas externas, próximas aos eventos.

Sobre a questão do juizado especial do torcedor, Ministro, temos o Estatuto do Torcedor, que já criou esse juizado, e será obrigatória em todas as praças desportivas a sua instalação e que o juizado especial possa trabalhar conjuntamente também dentro das praças esportivas que sediarão os jogos da Copa, para que possam ser equacionados os problemas que venham a ocorrer durante a competição, dentro ou fora da sede da competição.



Acredito, Sr. Presidente, que aqui vamos ter um trabalho bastante interessante, temos de discutir todos esses problemas com a sociedade, com todos os segmentos interessados e com o Poder Executivo, para que possamos ter um projeto capaz de ser aprovado e que represente o anseio da maioria do povo brasileiro, respeitadas as nossas leis e a nossa soberania.

Por isso, acho que a responsabilidade do Congresso é muito grande num evento tão importante para o País, principalmente em razão do legado que esse evento vai deixar, e esse legado tem de ser discutido também — e não só o físico, mas sobretudo o legado social e econômico que esse evento vai proporcionar ao Brasil.

Não podemos aqui transformar o debate desse projeto em uma discussão político-partidária. A discussão não pode ser levada para esse campo. Os Líderes da Oposição que aqui estiveram no início da sessão para se posicionar frente à mídia fizeram seus discursos, foram embora e não ficaram para o debate.

Portanto, vejo que o interesse maior é a discussão do projeto, não a discussão político-partidária, porque nesta Comissão temos de debater o que interessa à Lei geral da Copa, para que o evento ocorra dentro das normas legais do Brasil e atenda aos interesses de todos os envolvidos nesse evento.

Quero cumprimentar o Ministro por ter atendido, de pronto, ao requerimento aprovado nesta Comissão para ser o primeiro a ser ouvido e por nos trazer a posição do Governo e do seu Ministério. Também se colocou S.Exa., democraticamente, a favor da tese de que esta Comissão tem o direito — e todos nós sabemos do nosso direito — de poder modificar o projeto de acordo com os interesses maiores do nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Ministro Orlando Silva, para responder ao primeiro bloco de perguntas.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Obrigado, Presidente.

Eu me permitirei não fazer nenhuma digressão política sobre os comentários feitos aqui pelos Parlamentares. Eventualmente, se em outro momento, em outra



reunião o tema voltar à tona, eu terei o maior prazer de fazer o debate político, mas vamos nos concentrar nas questões relativas à Lei Geral.

Somo-me à reflexão feita pelo Deputado José Rocha.

Quero explicar algumas questões pautadas pelo Deputado Rui Palmeira. Primeiro, com relação ao art. 11, quanto à restrição comercial em determinadas áreas, em espaços de realização de evento e em vias de acesso, o projeto de lei, Deputado, aponta que a União deve colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que é quem têm competência de fixar a dinâmica, os requisitos e como deve ser a atividade nessas áreas solicitadas pela FIFA.

Importa dizer que, quando da candidatura das cidades, assim como o Brasil ofereceu garantias governamentais à FIFA, cada cidade candidata assinou acordos e compromissos com a FIFA para sediar. No âmbito da colaboração, a sugestão da FIFA era a de que nós definíssemos que o Congresso Nacional determinasse a dinâmica. Nós informamos que o Brasil é uma Federação e tem três níveis de Governo, com autonomia, e que esse assunto compete ao poder local. À União, caberá apenas colaborar, se o Congresso Nacional der essa autorização.

Com relação à preocupação do Deputado no que diz respeito a temas ligados ao Código de Defesa do Consumidor, no art. 33, incisos II e III, basicamente, eu chamaria a atenção para a observação de V.Exa. quanto ao inciso II, que diz que a venda de ingresso pode ser avulsa ou conjunta com pacotes turísticos. Ela não determina que a venda seja conjunta, pode ser avulsa ou conjunta. Eu vou dar um exemplo: se uma pessoa vive em Brasília e quer visitar alguma cidade do Brasil, ela pode comprar um bilhete aéreo e, junto com ele, comprar a hospedagem em determinado hotel. Ela pode optar pela compra conjunta do bilhete aéreo e da hospedagem no hotel, mas também pode optar por comprar apenas o bilhete e, separadamente, contratar um hotel. Veja, nessa analogia, é como se só se pudesse vender o bilhete se fosse vinculado ao hotel. Não se trata disso. A compra pode ser avulsa ou conjunta.

Chamo atenção sobretudo porque isso impacta num evento que tem muita restrição de acesso. V.Exa. sabe que há cidades que vão ser tomadas. Então, é importante, até para facilitar o acesso e a estada das pessoas que estarão na cidade, que vêm de longe, para o conforto do torcedor. Mas isso é uma alternativa,



não é uma determinação que só será conjunta. Como V.Exa. mesmo registrou — e eu concordo —, se fosse exclusivamente conjunta, configurar-se-ia venda casada.

O inciso III, que estabelece cláusula penal, trata de um método que existe em muitas hipóteses, mesmo hoje no Brasil. Existem vários produtos, vários serviços que o consumidor pode contratar e, depois, até desistir do contrato, mas não necessariamente terá a devolução integral daquele ônus. Esse é o entendimento firmado pela nossa área técnica. Portanto, não feriria o Código de Defesa do Consumidor.

Mas eu registro a preocupação de V.Exa. nos dois casos. Creio que a Comissão deve, da mesma maneira, fazer um estudo específico sobre isso para que nós possamos garantir o máximo direito ao consumidor brasileiro. Vamos voltar ao caso, voltar a estudar para dar maior sustentação a essa questão que V.Exa. levantou.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Há réplica, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) - Dando continuidade...

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Há réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Deputado Rui Palmeira, para a sua réplica.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Ministro, quanto ao art. 11, volto a dizer que há excessivo subjetivismo, sobretudo no seu final, quando diz: “...nas suas imediações e principais vias de acesso”. Quais são as imediações e as principais vias de acesso, nobre Relator?

No art. 33, inciso II, da mesma forma, Sr. Ministro. O que acontece hoje quando há um grande evento no País? O cidadão vai comprar o ingresso, e, em 5 minutos, a venda está esgotada, porque ele é vendido de forma avulsa. Eles passam a vender apenas pacotes. Essa artimanha pode ser utilizada pela FIFA.

Então, que o nobre Relator esteja atento para evitar a venda casada.

No art. 33, eu eliminaria o inciso III, nobre Relator, uma vez que há a prerrogativa do direito de arrependimento no art. 49 do CDC.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - O Ministro tem direito à tréplica, se achar necessário.



O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Eu só registro que se trata de entendimento de consciência do Deputado, é matéria de mérito que deve ser discutida e deliberada na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando continuidade à lista de oradores, passo de imediato a palavra ao Deputado Cesar Colnago. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Deputado Renan, V.Exa. pode me dizer em qual ordem estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Sim. Peço permissão ao Deputado Cesar Colnago para ler a lista de Deputados inscritos: Deputados Cesar Colnago, Afonso Hamm, Pauderney Avelino, Onyx Lorenzoni, Jonas Donizette, Augusto Coutinho, Jô Moraes, Edinho Bez, José Guimarães, Edio Lopes, Simão Sessim, Wilson Filho, Gilmar Machado, André Moura, Romero Rodrigues, Osmar Júnior, Paulo Teixeira, que já se pronunciou como Líder, e Maurício Quintella Lessa.

Informo à Comissão que alguns Deputados inscritos não estão presentes, e não estando presentes, passaremos...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Portanto, já estamos no segundo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - E eu sou o terceiro do segundo bloco.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, só por dinâmica, por conta da Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Gostaria de acatar a sugestão da Deputada Jô Moraes e do Presidente Jonas Donizette, para que passemos, a partir de agora, a blocos de cinco Deputados, antes das respostas do Ministro.

Portanto, passo de imediato a palavra ao Deputado Cesar Colnago.

Peço ao Plenário que, em respeito ao orador na tribuna, ajude fazendo silêncio.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Sr. Presidente, neste momento importante da vida nacional, primeiro, quero dizer que o Líder do PT, que aqui já falou, agora não está mais presente, o que considero muito natural, uma vez que os



Líderes têm outros afazeres. Aqui, porém, estão os Vice-Líderes, mas fomos acusados de não estar presentes. O meu Líder saiu, mas sou Vice-Líder do PSDB, e temos aqui, no mínimo, cinco Deputados do PSDB.

Mas eu gostaria que o Líder do PT aqui estivesse para ouvir a primeira pergunta eu farei ao Ministro — e é preciso entender que é um Ministro que se encontra enfraquecido. Disse o Líder do PT que são poucos os recursos que poderão financiar a Copa. E a minha primeira pergunta é a seguinte: quanto vai custar a Copa do Mundo? Quanto há de recurso público para esse evento, que é privado?

Segundo: de acordo com o recente relatório divulgado oficialmente pelo Governo, no final de setembro, do total de 49 obras previstas para a Copa do Mundo na área de mobilidade, 9 deixaram de ser licitadas até o final de setembro, o que significa 20%. Das 40 restantes, 13 estão em fase de projeto, 27 estão por licitar e 3 ainda estão em fase de licitação. Pergunto: qual é o legado dessa Copa? Afinal, uma das coisas que mais se divulgou, há quase 4 anos, quando se falou na Copa do Mundo no Brasil, foi exatamente a infraestrutura que ficaria para o nosso povo na área de transporte coletivo.

E a Ministra, em uma de suas falas à imprensa, disse que esse não é o principal legado — o legado de infraestrutura de transportes —, mas que os hotéis, os campos de futebol, os estádios estarão prontos.

Eu tenho grande preocupação, porque o Governo resolveu fazer de laboratório o RDC em plena preparação para a Copa do Mundo, o que, na minha visão, traz imensa insegurança jurídica.

Parece-me que está tudo atrasado. E, além do atraso naquilo que efetivamente esperávamos tivesse outra dimensão..., e por entender que o legado da Copa não pode ser muitas vezes monstruosos estádios — estamos vendo na Grécia e na África do Sul a desnecessidade desses equipamentos —, pergunto ao Ministro: V.Exa. ainda se sente em condições de negociar com a FIFA, considerando que esta já expressou publicamente a falta de credibilidade de V.Exa.?

Diante do descontrole do seu Ministério, além dos atrasos das obras de infraestrutura e outras afins que competiam a outros Ministérios tocar, pergunto se



isso não gerará ainda mais atrasos, tendo em vista que a crise institucional por que passa o seu Ministério gera descontrole ainda maior. Eu tenho certeza disso.

E faço outra pergunta. O Decreto-Lei nº 200, de 1967, estabelece que V.Exa. tem responsabilidade pela supervisão e controle de sua Pasta. O que V.Exa. controlou praticamente de 2003 para cá, como Secretário-Executivo e, depois de 2006, como Ministro, na Pasta do Esporte, para que não houvesse esta situação de total descontrole da execução orçamentária a que estamos assistindo na mídia e que envolve organizações sociais desqualificadas e bandidos, de acordo com as palavras de assessores de V.Exa. à mídia? Eles falam de convênios, dizem que houve favorecimento, inclusive, a pessoas diretamente ligadas à sua família, fazem revelações sobre descontrole e falta de zelo com os recursos públicos. Como é possível tocar uma Copa do Mundo alguém que perdeu a credibilidade e persiste numa posição, sendo que o melhor seria se afastar do seu Ministério? Não é apenas abrir uma sindicância; é muito mais do que isso: é preciso esclarecer o que está acontecendo na Pasta de V.Exa., uma situação que não é nova para V.Exa., tendo em vista os anos que V.Exa. já está nela presente.

Então, não podemos falar em Copa do Mundo sem deixar de entender o que está acontecendo neste momento. As obras estão atrasadas — e muito.

Chegou-se a comentar a possibilidade... Eu acho ridículo, mas vou repetir: a Ministra disse que, se for preciso, será decretado feriado nos dias de jogos da Copa, nas cidades que os sediarão. Se isso acontecer, será um atestado de incompetência, porque o legado seria melhores parques, obras de drenagem, infraestrutura, metrô, BRT, enfim, qualquer tipo de transporte que ajudasse a população.

Mas, não — *“Vamos tirar o povo da rua nesse dia e vamos decretar feriado”*. Não sei se isso acontecerá porque ainda está longe. Mas, do jeito que as coisas andam, é muito provável.

Sr. Ministro, com muito respeito à pessoa física do Sr. Orlando, eu acho que na sua condição, seria melhor dizer: “Eu me retiro”. Por que dizer que V.Exa. vai ficar? A Presidente Dilma, em relação a vários desses que já saíram, dois, três dias antes, disse que iriam ficar. E é preciso investigar, porque os escândalos são grandes.



O seu Ministério licitou um equipamento de câmera de vigilância para arquibancadas no valor de 58 milhões. A empresa brasileira, segunda colocada, ofereceu o produto por 13 milhões, e a definição foi por “técnica e preço”. Agora, diante dessa diferença de preço, eu quero mais esclarecimentos sobre se é tão ruim o equipamento brasileiro para haver essa desclassificação, porque agora tudo o que foi com as ONGs, com as organizações sociais está suspeito.

Então, acho que V.Exa. tem de deixar tudo muito claro, porque pode não haver provas concretas, mas há claros indícios de desvio nas mais variadas ações, e quem está à frente de um evento privado, mas que tem importância pública, tem de deixar tudo muito claro nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando continuidade à lista de oradores, passo a palavra ao Deputado Afonso Hamm. *(Pausa.)* Ausente.

Passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, em primeiro lugar, devo dizer que conheço V.Exa. apenas de notícia de jornal — e não leve absolutamente nada para o plano pessoal — e que até acho constrangedor V.Exa. vir a esta Casa debaixo de denúncias, e denúncias graves, por parte da mídia e de pessoas que antes eram tidas como companheiras ou camaradas, pessoas do seu partido e que agora são tachadas de bandidos e malfeitores.

Antes de mais nada, quero dizer aos membros desta Comissão que eu soube, neste momento, que a Presidente Dilma acaba de chamar para uma audiência em seu gabinete o Presidente do PCdoB. Provavelmente, a esta altura do campeonato e talvez em razão...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É uma das qualidades da Oposição eficiente: ser bem informada.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ou, então, factóide. É o que o César Maia fazia tanto no Rio, e era do PFL. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Então, em razão do que a Ministra...



(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Srs. Deputados, há um orador na tribuna. Vamos preservar a palavra do Deputado Pauderney Avelino.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Agradeço.

Em razão de ter sido aberto hoje esse processo contra o Ministro Orlando Silva e também pelo fato de que a Presidente Dilma já externou a sua decisão de que o Ministro Orlando Silva não será interlocutor do Governo nas negociações da Copa de 2014... E nós já vimos isso, porque, lá em Zurique, o Ministro não apareceu para participar do sorteio das sedes da Copa do Mundo. Isso ficará sob a responsabilidade da Ministra Gleisi, da Casa Civil, em quem a Presidente devota confiança.

Mas, Sr. Ministro, V.Exa. não respondeu absolutamente em relação àquilo de que estão acusando V.Exa. e ao que pesa. Hoje, o jornal *O Estado de S.Paulo* — e não é factóide, não é notícia inventada — traz uma foto muito grande, tirada lá em Campos do Jordão, de um local que serviria para ser um centro esportivo no valor de 2,1 milhões reais. O Ministério do Esporte já repassou os recursos que cabiam a ele, mas nós temos aqui um esqueleto de obras.

Além disso aqui, nós ouvimos... E, agora, depois do depoimento que o soldado João Dias prestou à Polícia Federal, e hoje o próprio *O Estado de S.Paulo* está dizendo que mais de 20 ONGs já estão dispostas também a ir à Polícia Federal falar do esquema do desvio dos recursos públicos na área do esporte... E, também, na semana que passou, quando o policial esteve aqui — V.Exa. estava em uma comissão, e o policial estava em outra —, nós achamos por bem também ouvir o policial.

Ele foi bastante incisivo ao dizer que ia desmascarar quatro mentiras do Ministro Orlando Silva — palavras textuais dele. Uma: a de que nunca fez contato com João Dias. E o João Dias já prova, por meio de gravações, que fez sim. Há o documento em que o Ministro se retrata com a ONG FEBRAC. E também, como o Ministro diz que o João Dias é bandido e criminoso, o João Dias diz que não é nem uma coisa e nem outra e que ele vai provar que é inocente e quem é efetivamente o culpado.



Quem é Fernando Borges, Ministro?

As empresas que estão listadas hoje também nos jornais, 6 empresas que participam das falcatruas nos convênios com as ONGs...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Pauderney, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Para concluir, Sr. Presidente, eu vou dizer ainda o seguinte: há a notícia na imprensa do meu Estado de que teriam sido desviados recursos do Ministério do Esporte na ordem de 8 milhões de reais. Não vou fazer acusações, mas vou me inteirar do caso para ver a sua veracidade, porque há ONGs que estão desviando recursos do Ministério do Esporte não apenas em Campinas, no Estado de São Paulo, em Brasília e no meu Estado, onde também houve essa denúncia, mas no Brasil inteiro.

Portanto, vou ao TCU para investigar essas denúncias e vou pedir à Polícia Federal informações sobre essas questões e sobre a investigação que esteja fazendo com relação ao caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando sequência à lista de oradores inscritos, passo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente desta reunião, estou aqui com o projeto, que nós estamos analisando. Gostaria de perguntar ao Ministro Orlando Silva se não teme, com o desdobrar da situação que vive, ser enquadrado no art. 18 do projeto da Lei Geral da Copa, em que está tipificado o crime, novo no cenário penal brasileiro, de *marketing* de emboscada por associação.

Por que *marketing* de emboscada por associação? Primeiro, porque não há nenhuma dúvida de que o programa Segundo Tempo é uma marca do Governo. Segundo, porque era um programa que se destinava a fazer *marketing* do Governo Federal. E por que eu falo em associação? Porque o triste disso tudo é que não há como fugir: o bandido de hoje foi o camarada de ontem, aliás, filiado ao PCdoB, candidato a Distrital — se não me falha a memória, o segundo mais votado no DF na eleição de 2006. E mais: fez dobradinha com um Deputado Federal que ficou suplente e assumiu 20 dias na última Legislatura, Fredo Ebling Junior. Amanhã ele vai confirmar que parece que andou ajudando na campanha do Federal eleito.



E — muito curioso — dizem que foi o ex-Ministro, hoje Governador, quem o apresentou ao Sr. Orlando Silva. Aliás, o Sr. Orlando Silva declarou que o João Dias foi apresentado pelo ex-Ministro, que era o seu chefe e é o Governador do Distrito Federal, e que era do PCdoB e agora é do PT.

É uma coisa muito curiosa, não é? O Ministro está ali, e o Ministério está tão contaminado, Sr. Orlando Silva, que o senhor traz aqui o Sr. Alcino Rocha, Secretário Nacional de Futebol, e o Sr. Wladimir Camargos, Consultor Jurídico do Ministério. É muito curioso, porque o TCU acabou de abrir uma investigação ampla no Ministério, e os dois estão sendo investigados. Está aqui o nome dos dois.

Se o senhor tem alguma dúvida — está sacudindo a cabeça —, venha ler. Está aqui o seu nome: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos. Está aqui, assim como está aqui o nome do Sr. Alcino Reis Rocha.

E por que o TCU abre a investigação? Porque desde 2009... Inclusive, há alguns servidores seus, talvez camaradas também, a Gianna Lepre, o João Ghizoni, o Júlio César Soares da Silva, que estão todos citados nas maracutaias do Ministério, o Rafael de Aguiar Barbosa, o Wadson. Esse Wadson tem uma passagem interessante. Todos eles, em 2009, foram condenados pelo TCU a pagar multa. Alguns pagaram, outros não pagaram, outros se demitiram. Mas continuavam lá.

O Sr. Orlando Silva diz que por um 1 ano foi ameaçado. Nunca lhe ocorreu, em 1 ano de ameaça do bandido, chamar a polícia, dar-lhe um flagrante? Por que não podia fazer isso, Sr. Ministro? O senhor está aí tão corajoso: “Fulano é bandido.” Por que não prendeu o cara dentro do seu Ministério, se ele o estava chantageando?

Mas foi o senhor que assinou o documentinho lá reduzindo a contrapartida. Foi o senhor que autorizou que se fizesse um documento, assinado em 2008. E o seu Ministério mandou um ofício para a Polícia Militar e, 4 dias depois, mandou outro desdizendo o que havia mandado.

E, o que é mais grave, segundo diz o Sr. João, ele assinou o documento em branco no acerto feito com a sua equipe — isso em abril de 2008. Só que a sua equipe botou o documento com data de 22 a 23 de dezembro de 2007, para permitir que o senhor pudesse responder ao TCU. Só há um problema: o senhor tem que



provar — agora o ônus da prova muda — que esse cidadão esteve no seu Ministério nessa data. O senhor tem todas as condições de provar isso. Lá existem câmeras de televisão e as pessoas têm que se identificar na portaria. Se ele não esteve lá no dia 22 ou 23 de dezembro de 2007, como é que o ofício dele tem essa data?

Quando eu falo em crime de associação, Sr. Orlando Silva, é porque quando verificamos aqui: convênios, por exemplo, com o IDEC, o dono da casa é o Ranieri Gonçalves, mas quem faz a prorrogação... Olha o Wadson aí de novo. Nem a Associação dos Servidores do TCU em Brasília escapou, porque a atual diretoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Onyx, para concluir.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ... cobra o Sr. Waucilon Carvalho de Souza, candidato a Deputado Distrital pelo PCdoB nas eleições de 2006, que pegou 2 milhões de reais lá e não devolveu nada, nem comprou bola nenhuma.

Da mesma maneira quando vamos ao Piauí. Da mesma forma... Lá em Campinas, agora, foi demitido da Prefeitura o cunhado do Ministro, porque se começou a chegar muito perto da família. Da mesma maneira os convênios aqui em Brasília. Há até convênio com a Viva Rio, que nunca se meteu com esporte. E aqui, no Piauí, a famosa FAMEPI, que tem nove integrantes do comando regional do PCdoB.

Peça para sair, Ministro, porque o senhor vai fazer um bem para o seu partido, vai fazer um bem para a Presidente Dilma.

E mais — conluo, Presidente, com a sua tolerância e gentileza —: só por esse quadro aqui, Ministro, porque aí não precisa ninguém provar nada, o SIAFI prova, só por esse quadro aqui, se eu fosse o seu superior e se o senhor fosse meu assessor, estaria demitido. Por quê? Porque em 2008 e 2010 o senhor passou para a mesma ONG, coincidentemente em anos eleitorais, 8,5 milhões de reais em 2008 e 12 milhões de reais em 2010. Para a mesma ONG! Aliás, o senhor foi lá fazer propaganda da camarada filiada a seu partido, que é uma argentina naturalizada brasileira. Poderia até encontrar um brasileiro para fazer o programa.

E, por fim, aqui está a sede da ONG Liga de Futebol Society, aqui do Distrito Federal. Olhe só, é um conjunto residencial, um apartamento onde eles recebem a correspondência que vai do Ministério, segundo o porteiro.



Segundo informações que nós tivemos — a Oposição tem o dever de ir atrás das informações —, naquele valor perto de 1 milhão de reais que, diz o Célio, entregou na garagem do Ministério, o senhor estava dentro do carro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Onyx, conclua porque já está com 2 minutos a mais.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu concluo. Quero só lembrar aqui que a Liga de Futebol Society, que tinha um contrato de 2 milhões de reais, com sede num apartamento onde não havia ninguém, nem bola, nem rede, nem quadra, contribuiu com 200 mil reais — isso vai vir à tona —; o Sr. Michael Vieira, com mais 200 mil; a liga do Sr. Toni Matos, com mais 300 mil; e, por fim, o Instituto Novo Horizonte, com mais 300 mil. Isso a pessoa que arrecadou entregou ao Sr. Fredo, que era seu assessor na época, que estava doente e não pôde fazer a coleta. Quem a fez diz que prova que essas pessoas colocaram dinheiro na caixa.

Peça para sair, Ministro, vai fazer bem para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando continuidade à lista de oradores, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, talvez quem mais tenha acompanhado o andamento da Copa do Mundo no Brasil, Deputado Jonas Donizette.

O SR. DEPUTADO JONAS DONIZETTE - Sr. Presidente Renan Filho; Sr. Relator, Deputado Vicente Candido; Primeiro Vice-Presidente, Deputado Edio Lopes; Ministro Orlando Silva; Ministro, por várias vezes, quando V.Exa. esteve nesta Casa, eu conduzi os trabalhos. Estava na presidência e, portanto, me eximi de qualquer comentário no exercício do mandato de Deputado e até no papel de magistrado. Muitos Deputados que estão aqui, que fazem parte deste órgão, são Presidentes de Comissões da Casa e sabem que esse é o rito, que é como V.Exa., Deputado Renan Filho, está fazendo.

Vou primeiro falar com V.Exa., Deputado Renan Filho. Acho que é importante a tolerância entre amigos, entre Parlamentares, a valorização do papel do Parlamentar — e aqui não vai nenhuma crítica ao exercício da presidência neste ato por V.Exa., mas o Deputado Simão Sessim fez aqui um comentário, e eu esperei a minha vez para falar sobre isso. É clara a pauta que temos aqui: audiência pública para debater a Lei Geral da Copa. E eu fico me perguntando se nós estamos aqui



realmente evidenciando esse trabalho. Eu acho que é importante, nas demais reuniões, nós pautarmos a discussão desse projeto de lei, que foi objeto, por exemplo, das indagações do Relator.

E quero aqui, Ministro, cumprimentá-lo pela sua humildade. Acho que este é um sentimento que precisa ser valorizado nos dias de hoje: a sua humildade, a sua coerência e o seu destemor de enfrentar essa situação. Não sei como ela vai se desdobrar, porque são muitas variantes, mas V.Exa. tem sido corajoso e tem mostrado que não tem medo da situação posta. É algo difícil, mas V.Exa. tem dado mostra de sua coragem e aqui comparece hoje para debater algo importante para o País. E comparece investido da condição de Ministro de Estado. É importante que esse ponto seja marcado. É uma autoridade que se faz presente numa Comissão Especial da Câmara, em audiência solicitada por V.Exa., com minha aquiescência na época, Presidente que eu era da Comissão de Desporto, para que realmente os trabalhos tivessem um bom ritmo.

E, até para ser coerente com a minha fala, Ministro, vou pautar o assunto em voga — não poderia ser diferente, porque a minha cidade aqui foi citada por causa do episódio envolvendo Gustavo Petta, cunhado de V.Exa. Ele pediu exoneração do cargo porque estamos vivendo um momento político muito emblemático na cidade de Campinas com a troca de governo. Um dia antes da troca de governo, ele apresentou carta de exoneração, por uma questão de fidelidade política ao grupo em que ele estava, nada tendo a ver com os assuntos que aqui estão sendo abordados. Acho que é importante esclarecer esse fato, de que tenho conhecimento. Sinto-me na obrigação de fazê-lo.

Quanto ao projeto, queria abordar alguns pontos. Foi feita a V.Exa. uma indagação a respeito da soberania do Brasil. V.Exa. não deu à Comissão uma resposta objetiva. Mas eu participei de um debate na *TV Câmara* com o Presidente da EMBRATUR, ex-Deputado Flávio Dino, uma pessoa muito experiente na área jurídica. E ele disse algo que eu acho que sepulta essa questão da soberania. Ninguém nos obrigou a sediar a Copa. O Brasil escolheu sediar a Copa. Foi uma escolha do País. Só aí cai por terra qualquer argumento de estar sendo ferida a soberania nacional.



Eu estive esta semana numa faculdade para fazer uma palestra sobre esse tema e me foi perguntado se o fato de não se poder entrar com alimento nos estádios não é quebra de soberania. Em vários locais de diversão que vamos hoje no Brasil já existe essa política, só se pode consumir o alimento vendido dentro do estabelecimento.

Acho que temos que ser centrados para discutir essas questões. Não podemos demonizar a FIFA. Devemos fazer valer a nossa força de representantes do povo para que as leis tenham a sua eficácia, mas não podemos distorcer nem aumentar os fatos.

Quero apresentar aqui duas sugestões: uma para o Ministro e outra para o Relator, sobre a questão da bebida alcoólica.

Foi citado aqui o exemplo da Fórmula 1. Na Fórmula 1, equipes que têm patrocínio de marcas de cigarro estampam uma logomarca branca quando vão correr em determinados países nos quais a legislação não permite a propaganda de cigarro, como é o caso do Brasil. Aliás, nós avançamos muito nessa questão do cigarro. Quanto à questão da bebida alcoólica, como disse o Deputado Renan Filho, nós fizemos uma audiência pública na Comissão do Esporte. Veio um especialista falar sobre a influência da bebida alcoólica no comportamento do torcedor. Ele disse que para algumas culturas o problema não é tão grande. Ele citou o caso da Espanha; citou uma pesquisa científica que fez, que podemos até usar para o desenvolvimento da votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JONAS DONIZETTE - Concluirei.

No Brasil a bebida alcoólica tem influência direta no comportamento do torcedor. Então, eu acho que é saudável para o mundo saber que o Brasil tem uma legislação que proíbe a venda de bebida alcoólica dentro dos estádios, como, por exemplo, os Estados Unidos proíbem a venda de bebida alcoólica na praia. Nós não temos isso aqui, não temos essa cultura; quase todo mundo vai à praia e leva a sua bebida, a sua cerveja. Mas lá eles têm esse tipo de legislação. Aqui nós temos uma legislação que proíbe a bebida alcoólica dentro dos estádios. Eu acho que seria uma contribuição muito grande se pudéssemos avançar nesse ponto. Não é algo comercialmente tão drástico assim, principalmente para o Brasil, que tem uma



ebulição comercial. A FIFA, certamente, poderá tirar rendimentos de outros setores que não o da bebida alcoólica.

E a outra questão é a dos ingressos. Eu acho que é muito importante nós lutarmos por alguma ação no campo social. Acho que a FIFA já fez alguma sinalização no sentido de que nós façamos um gesto social, porque o ingresso da Copa do Mundo vai custar caro, não vai ser para o povo mais pobre, mesmo sendo mais barato. Então, nós precisamos ter uma cota social de ingressos para contemplar os trabalhadores que participaram da construção dos estádios Brasil afora. São pessoas simples, humildes, que estão dando sua contribuição para a Copa do Mundo de 2014. Poderíamos pensar em um dispositivo legal que contemple uma parcela dessas pessoas.

Ministro, muito grato pela sua presença. Obrigado, Sr. Presidente, pela sua condescendência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando continuidade à lista de oradores inscritos, passo a palavra ao Deputado Augusto Coutinho. *(Pausa.)* Ausente.

Estamos concluindo o grupo de cinco Parlamentares. Depois ouviremos o Ministro Orlando Silva.

Com a palavra a Deputada Jô Moraes.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, minhas primeiras palavras são de cumprimento a V.Exa pela condução dos trabalhos. Eu acho que foi uma feliz ideia do seu partido indicá-lo, porque o problema central que nós estamos percebendo é que esta Comissão vai enfrentar um grande desafio, porque a Oposição está fazendo — setores da Oposição, porque há setores muito sérios na Oposição — essa obstrução hoje em razão da presença do Ministro. Setores da Oposição tentaram obstruir a instalação de uma Comissão tão importante como esta, Sr. Presidente! Todos os que lá estavam sabem disso. Inclusive, com a agilidade, a habilidade regimental de V. Exa., todo mundo viu que setores da Oposição entraram em obstrução para tentar impedir a instalação desta Comissão, para impedir que fosse aprovado o roteiro de trabalho.

Foi feita uma proposta, e esta audiência está sendo feita porque foi aprovado requerimento da Oposição para que o Ministro aqui viesse na primeira audiência. E



setores da Oposição não só estiveram ausentes quando o Ministro veio prestar esclarecimentos, mas preferiram obstruir a Justiça, porque se sentaram com uma pessoa, o tal do João dias, que deveria estar na Polícia Federal mas foi se reunir com setores da Oposição.

E a Oposição, em vez de vir a esta Comissão discutir questão fundamental como essa proposta, vem fazer ilações, porque não quer que este Congresso, esta Câmara exerça a sua soberania. Esta Comissão nas mãos de V.Exa, e nas mãos do Relator, vai funcionar, porque o Brasil precisa disso. E nós temos que enfrentar qualquer tipo de irresponsabilidade diante dos desafios que tem o Brasil.

Eu queria, Sr. Presidente, que essa veemência da Oposição levasse o mínimo de seriedade. Dos 182 convênios — está nas páginas do Ministério do Esporte — firmados com órgãos públicos, 15 são realmente de Prefeituras do PCdoB, mas 15 são de Prefeituras dos Democratas; 15 são de Prefeituras do PSDB. Dos dez Estados que firmaram convênio, quatro são governados pelo PSDB! E como é que esses setores da Oposição têm esse nível de irresponsabilidade?

Eu acho um absurdo que alguém venha aqui falar em nome do Brasil. Primeiro, teria que ter voto. Segundo, teria que compreender que o Brasil é muito mais amplo do que qualquer um de nós, do que qualquer partido. O Brasil é muito mais plural, o Brasil é muito mais democrático. O povo brasileiro e nós do PCdoB, que demos a vida pela democracia, não vamos atender à irresponsabilidade de tendências autoritárias de quem tenta comprometer um partido sério, que respeita inclusive a palavra dessas pessoas de tendência autoritária.

Qual é a minha preocupação, Ministro? Nós temos desafios imensos relativos a ingressos, segurança, arbitragem, tempo de propaganda. E uma coisa nos preocupa no seu relato, além do fato de haver uma complexidade muito grande — acho que o Relator e o Presidente apresentaram algumas propostas excelentes; vamos escutar todos os setores —: a arbitragem dos conflitos gerados pelos possíveis descumprimentos do Brasil.

Ministro, o nosso povo é muito criativo. Aí chega um pivete que faz no grafite uma camiseta com o símbolo da Copa. Esse pivete, que está nas ruas, será preso por ter usado indevidamente a marca? Quem vai arbitrar esse processo?



Eu acho que o Presidente Jonas Donizette disse muito bem: foi escolha do Brasil trazer para cá esse evento. Só pessoas de pensamento atrasado, reacionário ou que querem impedir o avanço do País podem pensar que não é positiva a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos aqui. Preocupa-nos como vamos enfrentar um processo de conflitos entre uma legislação que garante direitos ao povo brasileiro, conquistados na luta democrática, e o respeito a uma institucionalidade que vai ser conquistada, não porque a FIFA disse, mas porque esta Casa, especialmente esta Comissão, vai apresentar uma proposta que assegure os nossos direitos e respeite os contratos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Com a palavra o Ministro Orlando para responder ao bloco de cinco Deputados que o inquiriram.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Em respeito à Comissão, que me convidou para discutir um assunto específico, a Lei Geral da Copa, projeto de lei enviado pelo Poder Executivo, e em respeito aos Parlamentares que estiveram aqui na semana passada, quando havia uma audiência com o objetivo de discutir determinadas calúnias que foram apresentadas, vou me abster, mais uma vez, de fazer digressões políticas.

Agradeço pelas palavras gentis que me foram dirigidas por alguns Parlamentares, mas vou evitar qualquer tipo de digressão política, para não contaminar a discussão principal, central, que é a discussão quanto ao mérito do projeto de lei ora examinado nesta Casa.

Somo-me à manifestação do Deputado Jonas Donizette com relação à opção feita pelo Brasil. De fato, não só o Governo Federal fez a opção, mas os Governos Estaduais e os Governos Municipais. Tudo isso impôs determinadas regras, mas todas as regras se subordinam às leis do Brasil. É nisso que insisto. Inclusive, esta Casa, que é a principal Instituição normativa do País, é que é o limite. E o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o Poder Judiciário são Instituições que cuidam de salvaguardar a defesa da soberania do País. Daí a minha tranquilidade quanto a nenhuma implicação em violação da soberania do País.

Acredito que o Deputado Jonas Donizette tem razão quando fala da questão das bebidas alcólicas. Evidentemente, não há uma previsão legal clara no plano federal. Há leis estaduais, sim, que tratam do assunto. E esse é um tema que não foi



pautado explicitamente no projeto de lei. Imagino que deve ser objeto de reflexão e deliberação desta Casa.

No caso de ingressos, faço o registro, Deputado, que mesmo no último encontro que tivemos com a Direção da FIFA já surgiu a discussão em torno de um setor de ingressos populares, independentemente de faixa etária ou segmento social, uma cota de ingressos populares, de valores populares, assim como na África houve essa experiência. Lá foi chamado de Setor 4 — havia uma quantidade de ingressos para os trabalhadores que operaram a preparação da Copa, e outros setores poderão ser beneficiados. Eu também creio que é uma bela ideia e imagino que seja um tema que esteja na agenda da FIFA.

A Deputada Jô Moraes manifesta preocupações sobre alguns temas, particularmente sobre a questão dos tipos penais. Eu reitero a minha preocupação no que diz respeito ao uso de símbolos e de marcas da Copa do Mundo.

O Brasil tem uma tradição. O Brasil tem uma cultura. O Brasil fará uma Copa extraordinária, entre outros fatores, porque o povo brasileiro vai celebrar essa Copa, seguramente vai decorar com maior interesse ainda o País, como faz em cada edição da Copa do Mundo.

No caso dos tipos penais aqui estabelecidos, é competência exclusiva da FIFA representar contra quem praticou esses crimes. Não é por acaso que está registrado isso, porque é preciso que seja demonstrado que foi ferida uma marca, que foi ferido um direito comercial da FIFA. Evidentemente, um grafite, um muro pintado, uma pista pintada em uma rua, que é a tradição de decoração das cidades do Brasil, não violam em nenhuma medida nenhum direito comercial.

Portanto, estará garantido o pleno exercício, digamos assim, dessa criatividade da população brasileira. E o diálogo é fundamental permanentemente entre os vários setores do Governo com a FIFA, e a arbitragem, num primeiro momento, deve se realizar com a própria Advocacia-Geral da União. Mas fique segura, Deputada, de que a cultura e a tradição do Brasil serão resguardadas em todo esse processo.

Uma questão que o Deputado Cesar Colnago pautou, eu diria, não apenas ligada ao tema da Lei Geral, mas uma observação mais global do processo,



mereceria, Deputado, como já fiz em outros momentos, uma discussão específica sobre a preparação do País.

Sumariamente, eu lhe diria o seguinte: é um esforço realizado com base em alguns documentos legais, as garantias governamentais, que ganham forma de lei, a matriz de responsabilidades, um documento firmado entre as cidades-sedes, Governos Estaduais e Governo Federal. É um documento que fixa o papel de cada ente governamental, os cronogramas de cada iniciativa, os orçamentos e as responsabilidades pelo financiamento.

Devo dizer-lhe que essa matriz é a expressão do primeiro ciclo de planejamento de trabalho. O primeiro ciclo levou em conta temas que exigiam maturação maior: estádios, aeroportos, portos e mobilidade urbana, que é o legado pretendido.

O segundo ciclo diz respeito a tema de infraestrutura, suporte, serviços entre as seguranças, sustentabilidade ambiental, entre outros temas.

E o terceiro ciclo de planejamento da Copa diz respeito a temas operacionais, à realização do evento em si.

Deputado, vencida cada etapa de planejamento e trabalho, fixa-se o montante que será investido. Por exemplo, no caso dos estádios, há uma previsão de investimentos nos estádios da Copa em torno de 6,5 bilhões de reais. Aqui não há um investimento direto do Governo Federal, mas há empréstimos que serão feitos pelo BNDES, como os que são feitos às para empresas privadas. Portanto, esses recursos serão devolvidos aos cofres públicos. O BNDES criou uma linha de financiamento com regra e critério técnico de financiamento. O limite de 400 milhões de reais para a participação do BNDES corresponde a um esforço, a uma memória de cálculo realizada a partir da análise das últimas edições de mundiais e de eventos do padrão FIFA.

Há um projeto da INFRAERO envolvendo 6,5 bilhões de investimento em 13 aeroportos das cidades da Copa; oito desses aeroportos têm obras em curso, os demais estão em fase de licitação. Pretende-se que até a Copa do Mundo todos os aeroportos tenham ampliado a sua capacidade, até para atender à demanda do Brasil de hoje, não de 2014. Hoje é necessário aumentar a capacidade dos aeroportos brasileiros.



Novecentos e vinte milhões em portos para construir sete novos terminais turísticos, que vão servir acessoriamente como leitos temporários e vão deixar como legado terminais turísticos para cidades importantes do Brasil.

Sobre mobilidade urbana, a que o senhor se referiu, quando a Ministra Miriam Belchior fala sobre legado, é porque as intervenções de mobilidade não são projetadas apenas para a Copa do Mundo. São perto de 13 bilhões de reais investidos, parte com recursos federais, parte com recursos estaduais e municipais, na melhoria do sistema de transportes das cidades do Brasil. Quando falamos de legado é porque depois da Copa nós acreditamos que esses investimentos poderão melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

O senhor tem razão. O senhor tem razão. Aqui talvez seja um dos temas mais sensíveis. Por quê? Porque a execução desses projetos, Deputado, não é feita pelo Ministério do Esporte, é feita por Governos Municipais e por Governos Estaduais.

Evidentemente, o grau de eficiência na execução desses projetos é diferente por várias circunstâncias, não apenas pelo desejo do gestor local, mas por circunstâncias outras. Há áreas que impõem desapropriação, por exemplo. Há litígios judiciais em processos de licitação pública. Ou seja, há um conjunto de temas que complexificam a execução desses projetos.

E é curioso porque aqui, felizmente, temos gestores líderes vinculados aos diversos partidos políticos da base de apoio ao Governo da Presidenta Dilma, da Oposição, e não há distinção de bandeira partidária. Os atrasos não são de responsabilidade de um líder de um partido ou de outro, mas de circunstâncias que esses líderes locais enfrentam.

Por isso, eu vejo com muita naturalidade, com muita tranquilidade esse processo. A minha experiência é de um convívio muito civilizado e harmônico e de um trabalho conjunto, inclusive com todos os Prefeitos e Governadores, independentemente de posição política, porque muitos compreendem — eu diria que todos compreendem — que é um desafio do Brasil. Preparar bem a Copa não vai beneficiar um Governo ou outro, é a oportunidade que o Brasil tem de gerar perto de 700 mil empregos para a população brasileira, de deixar legados de melhoria na infraestrutura, de atrair 600 mil visitantes internacionais, de ter 3 milhões de brasileiros circulando no País, o que vai aquecer a economia, particularmente nas



regiões do Brasil onde o potencial turístico é maior, como o Norte e o Nordeste. O mundo vai conhecer destinos turísticos importantes, o que, a médio prazo, deve incrementar essa indústria que gera empregos extensivamente.

Por isso, é uma oportunidade importante para o Brasil realizar esses eventos, e há um esforço, insisto, não só do Governo Federal, mas de Governos de 12 Estados do Brasil, aí incluído o Distrito Federal, e de mais 11 cidades. O que posso dizer ao senhor é que a evolução do projeto tem sido cada vez mais significativa — valeria a pena fazer uma atualização, em outra oportunidade, da situação do estado da arte de cada uma dessas intervenções —, assim como caminha a preparação em outras áreas.

Hoje pela manhã, por exemplo, o Ministério do Esporte firmou acordo de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no qual foi fixado um plano de ação conjunta com dez diretrizes e cinco projetos específicos para definir a Copa no Brasil como a mais verde, a Copa mais comprometida com a sustentabilidade ambiental, contemplando temas que vão desde a certificação de todas as arenas — todas as arenas do Brasil terão certificação ambiental — até a oferta de produtos orgânicos para as delegações que estarão aqui e a recuperação de parques ambientais, para estimular o turismo e deixar um legado para essas cidades.

Portanto, é uma agenda de trabalho que segue, e que envolve não só Ministérios, mas outros Governos. Insisto: ontem, por exemplo, Deputado, aqui em Brasília, eu participei de reunião com representantes de todas as cidades em que se fez um debate absolutamente central, o debate da acessibilidade. O Brasil pode mostrar ao mundo seu compromisso com a acessibilidade nas instalações da Copa e com a acessibilidade na oferta de serviços públicos.

Portanto, é um programa de grande complexidade, e nós temos dedicado muito trabalho para sustentar a coordenação desse esforço. Por isso, nós acreditamos que o Brasil caminha no rumo de realizar com sucesso esse evento que é, seguramente, um dos maiores eventos do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando continuidade à lista de oradores inscritos, passo a palavra ao Deputado José Guimarães. *(Pausa.)* Ausente do plenário.



Passo a palavra ao Deputado Edio Lopes, Primeiro Vice-Presidente desta Comissão Especial.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de iniciar minhas palavras enaltecendo a forma como V.Exa. tem conduzido os trabalhos desta Comissão. Principalmente nos primeiros momentos dos trabalhos desta Comissão, V.Exa. mostrou, na dose exata, a segurança, a firmeza e a elegância que lhe são características, sem as quais, certamente, o resultado dos trabalhos desta Comissão nesta tarde seria diferente.

E eu também quero dizer ao Sr. Ministro que eu não pertencço ao seu partido político, que não tenho amizade com S.Exa. —, nos 5 anos que aqui estou com Deputado, fui apenas uma vez ao Gabinete de S.Exa. Portanto, julgo que tenho absoluta isenção para dizer que, sem adentrar o mérito do momento por que passa o Ministério do Esporte, por conseguinte o Sr. Ministro, S.Exa. demonstrou nesta tarde um equilíbrio que talvez poucos dos homens e mulheres que têm assento nesta Comissão teriam. S.Exa. foi, de forma até deselegante, por repetidas vezes, aqui provocado, e se pautou por uma discussão de alto nível.

Entendo, como deveriam todos entender nesta tarde, que a oportunidade para discutir fatos outros fora na semana passada, quando o Ministro aqui esteve especificamente para tratar dessas questões, o que também pode se dar em outra oportunidade, amanhã ou depois, basta que os interessados assim o promovam. E S.Exa. se manteve com absoluto equilíbrio — e é assim que deve ser.

Portanto, Sr. Ministro, eu começo também por reconhecer a participação extraordinária de V.Exa. nesta tarde para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

E, no mérito dos nossos trabalhos, pela pauta de discussão que se está tornando rotina nesta Comissão, parece-nos que há um eixo central sobre o qual deveremos nos debruçar com mais profundidade, qual seja o da questão que envolve a discussão de até onde estariam sendo violados a soberania do País, os interesses internos e as leis nacionais por força do advento da Copa do Mundo de 2014.

Quero pedir ao ilustre Relator da matéria, se porventura ainda não dispuser, que solicite do Ministério cópia de todos os protocolos assinados até agora pelo



Brasil, pelos Estados e Municípios-sedes dos jogos da Copa, até para que esta Comissão se inteire daquilo que já fora anteriormente acordado e pactuado com a FIFA, e para que possamos, a partir desses marcos, travar a discussão. Mesmo porque, se algum país quisesse bancar um evento da envergadura de uma Copa do Mundo, teria também que abrir mão de alguns parâmetros internos, porque a Copa é um evento mundial e, como tal, campeia por outros países cujas culturas são muito diferentes, adversas e, às vezes, até contraditórias. Logo, é imperativo que a FIFA tenha uma regra central, única.

Portanto, Sr. Ministro, quero apenas pedir a V.Exa. que facilite, dentro do possível, o acesso da Comissão a essa documentação.

Ao Sr. Relator sugiro que também tenhamos o mais rápido possível uma cópia do pacto da FIFA com a África do Sul, último país a patrocinar a Copa do Mundo e, para não dizer que ficamos apenas com as regras para o Terceiro Mundo, que nós também tenhamos as regras da Copa realizada na Ásia, a fim de ampliar a discussão sobre o que seria uma intervenção na soberania interna e do que normalmente se abre mão em termos de conceitos, preceitos e outros aspectos que formam a cultura e o arcabouço jurídico nacionais.

Deixo, portanto, meus agradecimentos, Sr. Presidente, a quem uma vez mais elogio pela firmeza, uma firmeza educada, determinada e inarredável na missão que lhe foi outorgada pelo nosso partido, o PMDB, de bem conduzir os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não, vou passar a palavra a V.Exa., na ordem de inscrição, para uma breve comunicação, como solicitado.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Agradeço, Presidente Renan Filho.

Só vou justificar. Como eu não estava aqui, eu tenho o dever de justificar a minha ausência, por ser membro desta Comissão há mais de 8 anos.

Cumprimento o colega e caro Deputado Edio Lopes e Deputado Vicente Candido, nosso Relator, e especialmente o Ministro Orlando Silva. Eu estava em outra missão desta Comissão aqui ao lado. Eu estava, Presidente Renan, no



Plenário 14 desde às 14h30min. Sou o autor do projeto que regulamenta a profissão de árbitro no Brasil. Estava com mais de 20 árbitros da CBF.

Apenas vim aqui para justificar minha ausência, dizer ao Ministro que será sempre bem-vindo nesta Casa e parabenizá-lo pelo trabalho à frente ao Ministério.

Quanto aos demais problemas, fazem parte do nosso dia a dia. Nós, homens públicos, estamos expostos e, quanto ao trabalho do Ministro, nós o reconhecemos porque convivemos há muitos anos aqui.

Mais uma vez, bem-vindo a esta Casa, ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Muito obrigado, Deputado Edinho Bez. A assiduidade e a participação de V.Exa. são conhecidas da Casa.

Passo de imediato a palavra ao Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu estava aqui no início do debate quando os autores do requerimento, principalmente o Deputado Otavio Leite, o encaminharam. Ele foi claro: precisamos da presença do Ministro para discutir a Lei Geral da Copa.

Foi assim que ele encaminhou o requerimento, dando-nos a certeza de que teríamos hoje uma belíssima audiência para começar a discutir a lei que vai comandar o maior evento que este País espera realizar. Foi por isso que o Brasil todo vibrou com a grande vitória alcançada com a escolha do País para sediar a Copa.

Para tanto, nós precisamos de uma lei. Hoje era o dia de começarmos bem. Presidente, mesmo com a sua condução brilhante, mesmo tentando evitar distorções, digressões políticas, mesmo com tudo isso, eu contei aqui, Sr. Presidente: apenas cinco dos 13, 14 Deputados fizeram suas arguições direcionadas ao assunto. O Ministro só tem que responder a esses cinco. O Regimento garante a S.Exa. não responder a nada que não esteja dentro do assunto. E todos que perguntaram são expertos em Regimento. Eu conheço todos os eventos desta Casa, todas as Comissões Especiais havidas aqui. Estranhei um pouco que o assessor da Casa — permita-me, é meu amigo — não o tenha advertido logo de início quanto aos artigos do Regimento que lhe garantiam essa postura.



Mas o Ministro mostrou que é um homem preparado. Isso ficou claro nas palavras da Deputada Jô Moraes, do nosso querido Deputado Jonas Donizette, sempre equilibrado, e do nosso Deputado Edio. E o Ministro não deu trégua, nem nos tirou o tempo que tínhamos para discutir a Lei Geral da Copa. Ele fez uma palestra didática sobre os protocolos assinados, fez tudo o que devia fazer. E nós então passamos a debater os assuntos que entendemos devam ser discutidos.

Sr. Presidente, eu fiquei espantado: em vez de cópia do projeto de lei, como o que tenho comigo, havia nas mãos de vários Deputados exemplares de jornais do dia de ontem, de anteontem. Eles não vieram discutir a Lei Geral da Copa. Eles querem inviabilizar a realização da Copa no Brasil, como se isso lhes garantisse algum ganho eleitoral, como se isso não fosse brasilidade, patriotismo. Eles esqueceram o papel do Parlamentar na garantia do sucesso do evento.

Sr. Presidente, é muito tempo nesta Casa. Nós não podemos mais perder tempo. Eu estou há muito tempo aqui, não queria mais ver isso. As paredes desta Casa ainda absorvem debates maravilhosos. Parlamentares maravilhosos passaram por aqui. Não podemos mais ver isto: vinditas, observações malfeitas, como se os jornais — eu respeito muito a imprensa — dirigissem os nossos trabalhos. Aí, temos audiência pública não para discutir a Copa, mas o assunto do Ministério do Esporte, quando o evento tem que ser discutido.

Eu lembro que um jornal focou um Deputado que presidiu uma reunião. Ele estava aqui presidindo a reunião e foi linchado — não vou usar esse termo porque ele não foi propriamente linchado —, mas foi observado que ele permitiu a discussão de vários projetos com apenas um Deputado presente. Ele está obrigando o Ministro a renunciar; ele não renunciou quando foi linchado.

Sr. Presidente, nós queríamos seriedade para discutir essa lei. Eu tenho várias perguntas, muitas delas já foram feitas pelo Deputado Jonas Donizette, pela Deputada Jô Moraes, pelo Deputado Edio Lopes — parece que o Edio fez todas as minhas perguntas —, quero requisitar os protocolos, trazer para cá a discussão dos protocolos.

Eu até faço uma pergunta ao Sr. Ministro. Sr. Ministro, ainda há tempo na agenda da FIFA para se discutir o problema de soberania, ou os protocolos? Ainda há tempo? Nós colocamos aqui, o Relator é que vai... Será definido pela FIFA tudo o



que diz respeito a valor e venda de ingressos? Ainda há tempo de fazer algo? Quem vai ser o nosso intermediário para discutir o assunto? A nossa lei? Poderemos alterar a determinação e dizer que a CBF vai dirigir a venda dos ingressos, poderemos alterá-la e dizer que teremos os protocolos? Naquela época se disse que faríamos isto e aquilo que a FIFA determinasse. Ainda há tempo de sensibilizar a FIFA para a nossa soberania em alguns pontos?

Essa é a pergunta que deixo, Sr. Presidente. Peço desculpas se mexi um pouco, mas respeito todos os colegas. Tenho o maior apreço por eles e queria que rendessem mais nesta Comissão. Espero que em outras oportunidades ganhem e não percam tempo com discussões que não dizem respeito à Lei Geral.

Fico feliz em ver o Ministro Garibaldi Alves aqui. É sempre uma alegria vê-lo, Sr. Ministro, nesta Casa, que é a sua Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço a presença ao Ministro Garibaldi Alves, que prestigia esta Comissão.

Passo de imediato a palavra ao Deputado André Moura, dando sequência à lista de inscrições.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, primeiramente quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, não só na tarde de hoje. V.Exa. vem conduzindo a Comissão de forma equilibrada, demonstrando acima de tudo compromisso não só com o cargo que exerce, de Presidente da Comissão Especial, mas também com este assunto tão importante e relevante para o nosso País: a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Ministro Orlando Silva e fazer minhas as palavras dos Deputados Edio Lopes e Simão Sessim, que me antecederam. V.Exa. se comportou de maneira equilibrada e correta aqui na tarde de hoje, apesar dos ataques que sofreu. Estamos todos aqui para tratar de assuntos relacionados à Copa do Mundo, e isso deveria ser respeitado nesta Comissão, o que não ocorreu. De qualquer maneira, apesar de tudo isso, V.Exa. se manteve equilibrado e em conformidade com o que já lhe é peculiar. Tenho certeza de que o comportamento que V.Exa. tem tido demonstra, acima de tudo, equilíbrio na



condução dos trabalhos no Ministério do Esporte. Quero parabenizá-lo por sua maneira equilibrada nesta reunião.

Eu gostaria de fazer, rapidamente, apenas três abordagens, na verdade três perguntas — muitas das que eu gostaria de fazer já foram feitas aqui. A primeira é a seguinte, Sr. Ministro: os arts. 26, 27 e 28 do projeto de lei concedem aos turistas que vierem ao Brasil durante a Copa isenção de taxas, por exemplo, para visto em passaportes, entre outras exceções. Eu gostaria de saber o que V.Exa. acha disso, já que os turistas estrangeiros que foram a outras Copas do Mundo, em outros países, não tiveram o mesmo privilégio que vão ter os que vierem para a evento em nosso País.

Segunda: a imposição de áreas de restrição comercial entendo que ofende o direito de livre iniciativa prevista na Constituição Federal. Ela impede até mesmo o funcionamento de estabelecimentos já regularmente instalados. Então, pergunto também o que V.Exa. acha disso.

Terceira: nós sabemos que V.Exa. já foi dirigente da UNE; se não me falha a memória, em 1997 V.Exa. foi Presidente da entidade. Muito foi falado aqui sobre venda de ingressos. Nós sabemos que a venda majoritária vai estar concentrada no exterior; algo em torno de 30% — um terço — dos ingressos serão vendidos no nosso País. O Deputado Jonas Donizette mencionou sua preocupação com a aquisição, pelas pessoas humildes, carentes, de ingressos para os jogos da Copa do Mundo, verdadeira paixão nacional, de todos nós, brasileiros.

Sabemos que, no Governo FHC, em 2001, uma medida provisória tirou da UNE o monopólio de gerenciar a confecção da meia-entrada. Sabemos que cada Estado fez a sua própria lei em relação à meia-entrada e que o Estatuto da Juventude, recentemente votado nesta Casa, prevê a meia-entrada para estudantes. Eu gostaria de saber de V.Exa., com a sensibilidade que tem e tendo sido dirigente da UNE, o que pode ser feito para que se preserve o direito da meia-entrada para os nossos jovens, para os nossos estudantes, como forma de privilegiá-los, em face do muito que se tem feito para a realização do evento. Vale lembrar que o nosso País abriu mão de muitas prerrogativas nossas e várias vezes até mesmo da nossa soberania para a realização dessa, que — tenho certeza — será a maior Copa do Mundo de todos os tempos.



Estou certo de que o trabalho que o Governo Federal está fazendo, através do Ministério dos Esportes e de todos os órgãos envolvidos, inclusive com o apoio desta Casa, vai levar realmente o Brasil a realizar a maior Copa do Mundo de todos os tempos. Pergunto, portanto, o que nós podemos fazer para proteger os estudantes do nosso País e lhes garantir a meia-entrada.

No mais, quero agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo mais uma vez pela maneira como se conduziu hoje nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Deputado Romero Rodrigues. *(Pausa.)* Ausente do plenário.

Passarei a palavra ao Deputado Osmar Júnior e, posteriormente, ao Deputado Maurício Quintella Lessa, finalizando a lista de oradores. Em seguida o Ministro responderá a todos, e encerraremos a reunião.

Passo a palavra ao Deputado Osmar Júnior.

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu quero me somar àqueles que reconheceram o trabalho tranquilo e firme do nosso Presidente na condução desta reunião, que ajuda a nós todos, ajuda o Governo e ajuda o Brasil a se preparar para fazer exatamente a Copa do Mundo que todos queremos.

Também quero dizer ao Sr. Ministro que realizar uma Copa do Mundo no País do futebol não é uma tarefa simples, porque ela mexe com os sentimentos da grande maioria do povo brasileiro. Eu, Sr. Ministro, fiquei impressionado com as imagens feitas por uma emissora de televisão no entorno do Estádio de Itaquera que mostravam a felicidade que as pessoas manifestavam pelo fato de estar confirmada a abertura da Copa em São Paulo, exatamente naquele estádio. Ao me lembrar da polêmica gerada quando se decidia se São Paulo teria ou não um novo estádio e ao ver a manifestação daquelas pessoas, sinto o quanto foi acertada a decisão de buscar trazer para o Brasil a realização da Copa do Mundo de 2014.

Também, poucos dias depois, eu assisti ao primeiro jogo no Itaquirão, feito pelos trabalhadores que estão construindo o estádio. Aquilo dá a dimensão do que é a Copa do Mundo para o Brasil: se ela já é um evento importante no mundo, se já mobiliza nações que brigam por sediá-la, imaginem para nós, brasileiros.



Tenho certeza, Sr. Ministro, de que a tarefa, apesar de grande, vai ser bem cumprida. Temos, é claro, problemas, e, infelizmente, não apenas para realizar a Copa do Mundo. Nós temos problemas no Brasil, mas o importante é que estamos buscando enfrentar, resolver, ultrapassar esses problemas que hoje ainda se colocam para o povo brasileiro.

A Copa do Mundo vai, com certeza, ajudar o Brasil a alcançar um patamar de vida mais elevado, vai permitir ao povo brasileiro perseguir uma condição de vida melhor.

Acho que o trabalho que V.Exa. e a equipe do Ministério têm desenvolvido é já exitoso na medida em que conseguiu somar esforços para que a Copa fosse realizada aqui. É um trabalho exitoso porque já temos definida a matriz de responsabilidades, e já está em curso a busca pelo atendimento a cada elemento constante dela. Este debate sobre a Lei Geral da Copa é mais um passo, e esta Comissão demonstra vontade de fazer a melhor Lei.

Por fim, Sr. Ministro, quando chegou aqui, V.Exa. foi recebido por uma parte, felizmente pequena, desta Casa de forma até mesmo agressiva. Quero dizer que V.Exa., que está sentado no lugar certo e é bem-vindo a esta Casa, está onde está pela vontade do povo brasileiro, que elegeu a Presidenta Dilma Rousseff, que confia na competência de V.Exa. para a execução desse trabalho.

Quero dizer também que, como seu companheiro de partido, acompanhei os acontecimentos dos últimos dias. Chamaram-me a atenção duas coisas: primeiro, a coragem, a força, a firmeza; segundo, a vontade de ver tudo isso esclarecido. Ontem, aquele que o acusou em matéria publicada na imprensa foi para o lugar onde deve depor: a Polícia Federal. Lá, não por nossa voz, mas por aquilo que foi publicado por toda a imprensa, afirmou perante o Delegado que não tinha provas vinculadas ao Ministro. O próprio acusador afirmou que não tinha as provas que antes dissera ter.

Isso confirma uma declaração de V.Exa. feita logo no primeiro dia, ainda em Guadalajara, ainda impactado pela gravidade e pela agressividade da denúncia. V.Exa. afirmou que não havia provas e mais: que não haveria provas. E isso ficou comprovado pela palavra do próprio acusador.



Portanto, V.Exa. sempre será bem recebido nesta Casa. Em nome do bancada do PCdoB, quero dizer que nós não apenas confiamos no Ministro Orlando, mas também temos convicção — e vamos trabalhar por isto — do esclarecimento de todas as acusações feitas.

Sei que a Presidenta Dilma quer o esclarecimento dos fatos, porque quer seu Governo trabalhando com tranquilidade. Sei que o Ministro Orlando, que teve sua honra atingida, também quer o esclarecimento das denúncias. Mas, mais do que isso, nosso partido, o PCdoB, quer ver tudo esclarecido. E é por isso que nós apoiamos a iniciativa do Ministro de pedir a interferência da Polícia Federal, coisa que fez por meio de pedido ao Ministro da Justiça — e a Polícia Federal já está atuando — e de pedido ao Ministério Público Federal, por meio de ofício ao Procurador-Geral, no sentido de que fosse instaurada a competente investigação para que fossem esclarecidos os fatos. E nós vamos chegar a isso, Ministro Orlando. Eu tenho certeza de que aqueles que hoje estão aqui num jogo contra um grande objetivo do Brasil, o de realizar bem uma Copa da Mundo, vão ter que se curvar diante da verdade. V.Exa. nunca, desde o primeiro momento, teve medo de que a verdade não viesse a tona, e ela virá.

Deixo aqui a palavra de confiança da bancada do PCdoB em V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando continuidade à lista de oradores, passo a palavra ao Deputado Maurício Quintella Lessa, último inscrito na tarde de hoje.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Obrigado, Sr. Presidente.

Na condição de último orador inscrito, quase não me cabe mais nada — não é Simão? —, grande parte da matéria já foi vencida.

Eu queria iniciar com uma saudação ao nosso Relator, Deputado Vicente Candido; ao nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Edio Lopes; ao Ministro Orlando Silva e ao Presidente Renan Filho. Queria ainda me juntar àqueles que cumprimentaram V.Exa., Sr. Ministro, pelo fato de se dispor a vir aqui fazer um debate sobre a Lei Geral da Copa, mesmo num clima tão difícil como o atual.

Parabenizo o Deputado Renan Filho pela forma como vem conduzindo esta Comissão. Mas eu queria, Deputado, alertá-lo no sentido de que a condução não



será fácil. V.Exa. tem um espírito democrático grandioso — conheço-o do Estado de Alagoas —, mas, neste caso, a democracia não pode deixar que companheiros nossos, desta Casa, porém com outros objetivos, atrapalhem o trabalho da Comissão. V.Exa. tem que ser absolutamente firme para que aqui seja debatido aquilo a que nos propusemos: a Lei Geral da Copa.

Sediar a Copa do Mundo é um privilégio. Qualquer país do mundo queria estar no lugar do Brasil. Nós brigamos para sediar a Copa do Mundo. Nós nos candidatamos para realizá-la, que é o maior evento da Terra, e temos o privilégio de fazê-lo. E não tenho dúvida de que a realizaremos com o maior sucesso porque temos um Governo empenhado em fazer o possível e o melhor. Não é fácil. Não é fácil mexer com toda a infraestrutura de um País, organizar uma legislação, um marco legal, e receber convidados do mundo inteiro para um evento que gera grande expectativa.

Sr. Presidente, nós não podemos permitir que a Oposição transforme esta Comissão num palco político. Desde a primeira reunião, a de instalação, ocasião em que se votava a Lei do Petróleo no Senado — nem era nesta Casa —, a Oposição já tentava obstruir os nossos trabalhos. Hoje, da mesma forma.

O Deputado Otavio Leite é um Deputado competente, todos nós conhecemos a sua conduta. Porém, sem dúvida nenhuma, veio para cá — não é do seu perfil —, infelizmente, com uma missão dada por aqueles que querem fazer com a Copa do Mundo, nosso orgulho, o que fizeram, ou tentaram fazer, com o Bolsa Família, com o PAC, enfim, com tantos projetos que deram certo no Brasil, ou seja, desacreditá-los. O Brasil é querido por ser o País do futebol e conhecido no mundo inteiro pela alegria que tem — pelo samba também, é claro —, mas a Copa do Mundo, sem dúvida nenhuma, é e será o nosso grande teste.

Eu conheci, Ministro Orlando Silva, este ano a África do Sul. Fui a Durban Joanesburgo, Cape Town. A África do Sul hoje é outro país. Seu povo hoje vive outra realidade, com outro nível de felicidade. Nós não podemos negar isso ao povo brasileiro por conta de pequenez. A disputa política tem que ser feita em ambiente próprio. Isto aqui não é uma CPI, não é uma Comissão de convocação de Ministro para esclarecimento de denúncias. Isso já fizemos. Podemos fazê-lo novamente. Nós queremos aqui discutir a Lei Geral da Copa. E V.Exa., Deputado Renan, tem a



obrigação — eu não tenho a menor dúvida de que vai fazê-lo — de conduzir a Comissão com muita competência.

Sr. Ministro, parabéns pela coragem. Não tenho dúvida, como disse o Líder do partido de V.Exa., de que tudo será esclarecido. Sua história é conhecida do povo brasileiro. Se o Líder do PCdoB disse que V.Exa. tem aqui a confiança daquele partido, quero dizer que também tem da bancada do PR. Os dias estão provando que aquilo que foi jogado aos quatro cantos do País devagarzinho está sendo diluído pela própria mídia.

Em relação à Lei Geral da Copa e à infraestrutura, queria colocar três questões. A primeira o Deputado que me antecedeu já citou, e é o que mais preocupa principalmente a juventude e a terceira idade brasileira, que é a questão da meia-entrada. Como o Governo Federal está vendo essa questão da meia-entrada? A FIFA disse que não vai subsidiar isso. O Governo brasileiro está disposto a subsidiar tanto para a juventude brasileira como para os idosos?

Presidente, quero já marcar a minha posição, a posição do nosso partido. Nós vamos defender que seja garantido tanto o Estatuto do Idoso como o Estatuto da Juventude.

Ainda em relação à Lei Geral da Copa, já foi questionado pelo Deputado Rui Palmeira o art. 11, das áreas de restrição comercial e vias de acesso. Ao contrário do Deputado do PSDB, eu sou extremamente favorável. Acho que são as marcas, os produtos, a comercialização, a propaganda que financiam grande parte desse evento. Esse é um evento peculiar e precisa ter a garantia da sua exclusividade pelo menos no entorno dos estádios. Como isso vai ser efetivamente garantido? Essa legislação vai para a sede, nos Estados e Municípios onde a Copa será realizada, ou isso terá que ser definido aqui pela Lei Geral da Copa? Aqui, apenas se coloca que a União colaborará, mas de que forma vamos colaborar?

A última pergunta que faço a V.Exa., que me preocupa bastante, é sobre a infraestrutura hoteleira. Isso não está na Lei Geral da Copa, mas estamos observando as obras dos aeroportos acontecerem de forma atrasada ou tímida.

Não tenho dúvida de que vamos chegar na Copa do Mundo com isso pronto. Nos estádios, também é da mesma forma. As estradas estão sendo duplicadas. Deputado Renan Filho, hoje tivemos a notícia que toda obra de duplicação da BR-



101 em Alagoas está sendo reiniciada. No setor hoteleiro, por exemplo, aqui em Brasília, não tem mais hotel para ninguém durante a semana. No Rio de Janeiro, esse também é um problema gravíssimo. Em Recife, que também é uma sede, não há hotel dia nenhum da semana hoje, imagine numa Copa do Mundo. Efetivamente, não estamos vendo nesse setor como estão se dando as obras e construções e como o Governo Federal pensa enfrentar essa questão.

Muito obrigado. Parabéns pela presença a V.Exa. e pelo trabalho realizado no Ministério do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Ministro Orlando, antes das suas palavras, acabo de receber a inscrição do Deputado Chico Lopes, que não estava na relação. Portanto, passo a palavra ao Deputado Chico Lopes pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Obrigado, Deputado.

Primeiro, queria apoiar aqueles que são a favor da meia-entrada para os idosos e para a juventude, porque o idoso conquistou isso. Por que a FIFA, com todo respeito que temos e queremos tratar bem, quer fazer uma inserção na Copa e o idoso não tem direito a sua meia, assim como a juventude. E o trabalhador? O trabalhador é quem mais gosta de futebol, quem mais vibra. Nós temos que procurar em uma emenda qualquer, do coletivo dos Deputados, para não deixar esse segmento fora da Copa, Sr. Presidente, senhores membros.

O futebol é a alegria do povo, mas do povo de muito baixa renda, do povo que escuta o radinho, a televisão. Acho que é obrigação, porque é o dinheiro do povo está sendo investido na questão da Copa. Então, como é? Eu pago os meus impostos e não tenho condições de assistir à Copa? Acho que é obrigação nossa procurar elementos para resolver esse problema. Toda lei que entra aqui geralmente sai um pouco melhor.

A terceira é a questão da bebida. Nós estamos com uma CPI da qual faço parte, uma Comissão Especial. Há uma tendência muito perigosa nos estádios com relação à bebida, e o prejuízo é grande. Seria, alguém disse, um exemplo para o mundo ver que o futebol é uma alegria do povo, mas que não precisa da bebida, porque traz muitas consequências.



Por último, Sr. Presidente, quero falar da minha honra de ser negro, nordestino, filho de lavadeira, de ter um Ministro do tipo do Orlando, com as mesmas características que eu tenho, comunista, como eu sou — não tive outro partido, só esse. Eu assisti à primeira Copa, em 1950, tinha 11 anos, e quero que Deus me ajude a ver, daqui a três anos, a Copa com um Ministro comunista e a primeira mulher Presidente deste País comandando. E a Oposição vai perder a eleição, porque nós vamos ser campeões da Copa e a Dilma vai ser eleita de goleada.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, antes que V.Exa encerre, ficou uma perguntinha rápida.

Presidente, como nós otimizamos apenas 20% desta sessão, queria perguntar ao Ministro se nós podemos enviar outras perguntas? Durante a tramitação do projeto — o Relator vai fazer isso também — se ele aceitaria perguntas por escrito dirigidas ao Ministério, em qualquer tempo em que o projeto esteja sendo examinado aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Acato a sugestão de V.Exa e passo a palavra ao Ministro Orlando Silva para responder às perguntas do último bloco de oradores inscritos; e; ao mesmo tempo, fazer as suas considerações finais a respeito desta reunião, que visava tratar exclusivamente da Lei da Copa; entretanto algumas pessoas lutam para desvirtuar o debate, dificultar os trabalhos desta Comissão, o que nós não podemos permitir para o bem do Brasil e bem da realização da Copa do Mundo.

Passo a palavra a V.Exa.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer um registro aqui do Deputado Édio Lopes. Além de agradecer as palavras gentis, quero afirmar, Deputado, que esse tema da soberania será seguramente aprofundado nos debates da Comissão, tenho certeza. E me coloco à disposição, para, num prazo muito breve, expedir todos os compromissos do Governo Federal, todas as garantias oferecidas à FIFA, todos os documentos complementares, as correspondências, assim como estimular que as cidades e Estados o façam também para que o Congresso possa se debruçar sobre esse tema.



O senhor tem razão, a própria África do Sul teve duas leis, dois atos, porque o sistema legal deles é peculiar ligado ao *common law*, que é uma tradição britânica, que é outra regra, não é o romanista como o nosso. Mas dizer que nós estamos à disposição para ofertar relatórios da Alemanha. Todos os dados que temos nós queremos disponibilizar para que toda a Comissão e o Sr. Relator possam ter o melhor sucesso nesse esforço.

Segundo, Deputado Simão Sessim, de fato, há tempo para discutir, para aprofundar. Estaremos à disposição para responder a todas as questões por escrito. Acredito que, além da FIFA, o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo no Brasil é uma Instituição muito importante de ser ouvida, até porque são brasileiros, é gente que vive aqui e conhece a tradição do Brasil. Por isso é muito importante que eles participem desse processo.

O Deputado André Moura questiona com relação a isenções para vistos. Aqui, Deputado, trata-se de fato de uma cortesia do Governo do Brasil, mas eu alertaria o senhor para observar que já são poucos os países do mundo dos quais o Brasil exige visto. Na verdade, há o princípio da reciprocidade, e de países que exigem do Brasil visto nós passamos a exigir também. É um princípio que orienta a nossa política externa. Mas se o senhor observar a Alemanha, por exemplo, a Europa unificada já não exige visto de brasileiros, portanto o impacto vai ser menor. A quantidade, a parcela dos 600 mil visitantes que virão para cá, levando em conta o histórico de países emissores de turistas para a Copa do Mundo que exigem visto do Brasil, é uma parcela menor. Então, vai funcionar como uma certa cortesia do Brasil e o impacto econômico, financeiro é muito diminuto, daí essa decisão.

A preocupação que o senhor tem com relação à área de restrição comercial, que por outro ângulo foi observada pelo Deputado Maurício Quintella, é um tema vivo que, imagino, o Congresso vai debater. É preciso encontrar o ponto de equilíbrio em que se respeitem os contratos de patrocínio que a FIFA tem, os compromissos comerciais que aquela entidade possui, o evento Copa do Mundo, que também tem uma dimensão de negócio e, ao mesmo tempo, respeitem-se os compromissos comerciais daquela entidade e a liberdade de iniciativa, como o senhor estabeleceu. Mas acredito no debate, e vai ser um debate muito concreto, porque quem vai estabelecer os parâmetros, necessariamente, serão as cidades.



Esse é um tema em que haverá uma discussão do Comitê Local da FIFA com as cidades-sedes para que possa existir um ponto de equilíbrio e, inclusive, não deixe uma imagem negativa.

Na África do Sul, na experiência da África do Sul, pequenos empreendedores, aqueles que tinham pequenos comércios, sentiram-se aliados do processo. Isso frustrou, em alguma medida, determinados segmentos sociais e econômicos, porque são pequenos comerciantes mas são empreendedores, geram emprego, ajudam a aquecer a economia de um país. Portanto, eu creio que mesmo a experiência da África do sul deve repercutir sobre a FIFA e sobre o Comitê Local para que nós possamos não criar nenhuma hipótese de desgaste e de frustração no País. Eu aposto que o debate com a participação dos promotores do evento, do Congresso e das cidades vai identificar o exato ponto de equilíbrio.

O Deputado André Moura, assim como o Deputado Maurício Quintella Lessa, pautou o assunto de meia-entrada, dos descontos e gratuidade em torno dos *tickets*, das entradas para a Copa do Mundo. O que há de decisão por parte do Governo é se respeitar os direitos instituídos no País, e a única lei federal que existe no Brasil é a que dá direito à população idosa de ter desconto no acesso a espetáculos esportivos. Portanto, a posição do Governo é respeitar os direitos sociais instituídos no Brasil. Como o que existe é o Estatuto do Idoso, nós comunicamos explicitamente à FIFA.

No caso da meia-entrada para estudantes, não há uma lei federal. Portanto, não há uma manifestação do Governo em virtude de não haver uma lei federal. Não compete ao Governo Federal se manifestar sobre leis estaduais. Evidentemente, na medida em que haja a vigência de uma lei, na hipótese de haver uma lei, eu diria que temos um princípio, porque o princípio é o de respeitar direitos sociais. Seria preciso examinar concretamente e não em tese, digamos assim, porque não seria adequado, já que não vige no Brasil uma lei que ofereça gratuidade ou descontos para outro segmento que não a população idosa.

O Deputado Maurício Quintella manifestou preocupação com relação a dois outros temas, primeiro a questão da infraestrutura hoteleira. Aqui se trata, Deputado de um assunto que é importante, delicado, porque é um assunto de livre iniciativa, não é? Não existem investimentos estatais na rede hoteleira, digamos assim.



Portanto, o esforço do Estado é ofertar financiamento. Assim foi feito por parte do BNDES, e eu sei que têm sido crescentes as consultas ao BNDES; tem contratos firmados para ampliar a rede hoteleira, assim como os fundos constitucionais. Os fundos regionais de desenvolvimento também foram ofertados não só para construir, mas também para reformar, porque há lugares, e V.Exa. deu o exemplo do Rio de Janeiro, onde talvez tão importante quanto os novos empreendimentos seja a qualificação e a requalificação da rede instalada hoje. Modernizar essa rede é igualmente importante. Por isso que, na nossa visão, o papel do Estado é ofertar financiamento, e é o que temos feito.

Eu diria para o senhor que o próprio estudo... A FIFA possui uma instituição que cuida da venda de *tickets* e de pacotes turísticos. Eles mapearam a rede hoteleira do Brasil inteiro e apontam em três cidades alguma dificuldade, mas no conjunto do País há oferta no raio estabelecido como razoável. Até porque, na Copa do Mundo, que é um evento que tem jogos a cada três dias, até determinada distância, o visitante que vai de um país para o outros, e que virá para o Brasil para acompanhar a Copa do Mundo, tolera viajar. Ele tolera viajar uma distância definida, que é o que a FIFA considera, e inclusive considerou no mapeamento da rede hoteleira. Portanto, é preciso ativar os financiamentos, fazer reformas, ampliar essa capacidade.

Por fim, eu queria apenas comentar que concordo com o Deputado Maurício Quintella quanto ao potencial de impacto não só urbano. Eu me referi aqui à geração de empregos, ao estímulo do turismo, mas não apenas o impacto urbano; eu aposto na qualificação de serviços, serviços públicos e privados, como a hospitalidade, que serão qualificados em função da preparação da Copa do Mundo.

Diria que a promoção do Brasil no mundo, a construção da imagem do Brasil vai ser beneficiada por esses grandes eventos, assim como a autoestima do nosso povo. A Copa do Mundo é uma oportunidade para mostrar que não só o Brasil sabe celebrar, receber bem, o que todo mundo percebe, mas é uma possibilidade de mostrar a nossa capacidade de realizar; realizar com uma boa estrutura, com bons serviços, com alto padrão, digno de um país da estatura do Brasil.

Por fim, eu queria agradecer, mais uma vez, as palavras de alguns Parlamentares, talvez cumprimentando o Líder Osmar Junior; agradecer as palavras



de todos os Líderes que se manifestaram aqui, e dizer que tenho consciência do trabalho que faço, consciência da correção da minha conduta e da conduta da minha equipe, e o nosso desafio é seguir trabalhando.

Eu insisti, e aqui insisto: ainda que haja disputa política, ainda que haja luta política, eu acredito que o Brasil não pode parar. O Brasil tem de continuar caminhando, o Brasil tem de continuar trabalhando. Por isso que nós temos de dar sequência ao trabalho e creio que esta sessão serviu como inauguração do trabalho importantíssimo que a Comissão fará para aprofundar os debates, aprofundar as discussões e ofertar, espero eu, num prazo muito breve, a votação do relatório do deputado Vicente Candido.

Então, queria desejar sucesso ao Presidente Renan Filho; sucesso ao Deputado Vicente Candido; sucesso a todos os Parlamentares que participaram desta discussão. Seguramente, nós, do Ministério do Esporte, todo o Governo Federal, diria mesmo os Governos envolvidos na preparação da Copa, todos estaremos à disposição para colaborar com informações de modo que o trabalho desta Comissão seja um trabalho extraordinário, cumprindo mais um compromisso do País com a realização do mundial.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Em nome da Comissão agradeço ao Sr. Orlando Silva pela exposição, que trouxe subsídio importante ao desenvolvimento dos trabalhos deste órgão técnico.

Convoco a próxima reunião a realizar-se no dia 27 de outubro, quinta-feira, às 9 horas, com a presença do Presidente da UNE e do Conselho dos Idosos para que possamos dar continuidade às discussões e ao trabalho desta Comissão Especial que visa aprovar a Lei Geral da Copa no Congresso.

Nada mais havendo a tratar gostaria de encerrar a presente reunião.